



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO

**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - UASG
928082**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

(Processo SEI! nº 04026-00018663/2025-91)

OBJETO: Aquisição de insumos e equipamentos para manutenção de bens imóveis e instalações, a fim de atender às necessidades desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE-DF), conforme este Termo de Referência, anexo I deste edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 07/08/2025 às 10:00 horas.

IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: até dia 04/08/2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item e por grupo.

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: sim.

ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 595.247,24 (quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Torna-se público que a **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal - SEAPE/DF**, sediada no Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 02, Bloco G, Lote 13, CEP: 70070-120 - Brasília/DF, por meio do Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 108 de 03 de abril de 2024, publicada no DODF nº 67, página 39, de 09 de abril de 2024, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital estará disponível nos seguintes endereços eletrônicos: <https://seape.df.gov.br/licitacao/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de insumos e equipamentos para manutenção de bens imóveis e instalações, a fim de atender às necessidades desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE-DF), conforme este Termo de Referência, anexo I deste edital.

1.2 A licitação será dividida em itens (1, 88, 105 e 106) e em grupos (1 ao 10), formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens ou grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens do grupo que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente licitação não se destina a registrar preços, conforme item 3 do Termo de Referência, anexo I do edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes

de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nos itens de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.10.1. Deverá destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que os **itens 01, 88, 105 e 106 e os grupos 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 10** estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.11. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.11.8. gente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio e cooperativas, segundo o Termo de Referência;
- 3.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.11. proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.11.12. executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.11.13. agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.11.14. empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.11.15. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 3.11.15.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 3.11.15.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);
- 3.11.16. A vedação de que trata o item 3.12.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.11.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.11.18. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.12. O impedimento de que trata o item 3.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.2 e 3.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15. O disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16. A vedação de que trata o item 3.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.17. Não será admitida a subcontratação do objeto e não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 ao 102, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e alterações vigentes., conforme elenca o Termo de Referência.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos

órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.14. **As propostas deverão ser apresentadas com apenas duas casas decimais.**

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema Compras.gov e no Termo de Referência, prevalecerá este último.**

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5.13. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:

- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
- b) apresentar o preço unitário e total de cada item ofertado, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, anexo I do Edital, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) conter a indicação de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, de forma a demonstrar que atendam as especificações constantes no Termo de Referência, anexo I deste Edital;
- d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) conter prazo de entrega de acordo com o item 6.1.1 do Termo de Referência, anexo I do Edital;
- f) conter a indicação da marca e modelo do produto ofertado para o item cotado;
- g) conter garantia conforme estabelecido no item 6.3 do do Termo de Referência, anexo I deste edital ;
- h) apresentar declaração de que entregará o(s) equipamento(s) e/ou peças comprovadamente novo(s) e sem uso, uma

vez que não serão aceitos materiais/equipamento(s) ou peças reconhecido(s);

i) em relação às microempresas e as empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.19.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro

lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto n.º 44.330 de 16 de março de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicaf acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

I - **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

a) A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta dispensa de licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa proponente, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação.

b) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos **últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF - 112651337**)

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

8.2.4. **Habilitação jurídica:**

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.5. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro **poderá** solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados

no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SBS, Quadra 02, Bloco G, Lote 13, bairro Setor Bancário Sul, Brasília-DF.

8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.8.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):

8.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.17.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: **licitacao@seape.df.gov.br**

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no **prazo legal**, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica nos seguintes meios:

- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 12.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;
- 12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, **pela utilização do índice do IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 12.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o

do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.seape.df.gov.br**.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO 1 do Termo de Referência - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

ANEXO 2 do Termo de Referência - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

ANEXO 4 do Termo de Referência - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA PRÉVIA

ANEXO 5 do Termo de Referência - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

PROCESSO Nº: 04026-00018663/2025-91

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 e 4.4.90.52

REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO: Fornecimento Integral

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAL COMUM

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1.1. **DO OBJETO**

1.1.1. Aquisição de insumos e equipamentos para manutenção de bens imóveis e instalações, a fim de atender às necessidades desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE-DF), conforme este Termo de Referência e tabela abaixo:

GRUPOS	ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UND. MEDIDA	QUANTIDADE	PRAZO DE ENTREGA
CIMENTOS						
*	1	327367	CIMENTO , TIPO: PORTLAND, COMPOSIÇÃO: FÍER, CLASSE: CP II - F - 32, UNIDADE DE FORNECIMENTO: SACO DE 50KG.	und	1.537	30 dias
MATERIAL BÁSICO						
1	2	428225	ADITIVO PLASTIFICANTE PARA ARGAMASSAS DE ASSENTAMENTO E REBOCO CONVENCIONAL LATA COM 18L	Balde	5	30 dias
	3	216954	AREIA MEDIA LAVADA A GRANEL , AREIA LAVADA DE GRANULOMETRIA MÉDIA, ENTRE 0,42 MM E 2,0 MM, ISENTA DE MATERIAIS ORGÂNICOS, BARRO, MICA OU IMPUREZAS. DESTINADA A USO EM ARGAMASSAS E CONCRETOS, CONFORME NBR 7211. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA, SER LAVADA MECANICAMENTE E POSSUIR COMPOSIÇÃO HOMOGÊNEA. FORNECIMENTO EM ESTADO NATURAL, COM TEOR DE UMIDADE CONTROLADO. MATERIAL SUJEITO À INSPEÇÃO E RECUSA SE FORA DO PADRÃO.	m³	30	30 dias
	4	216953	AREIA FINA LAVADA A GRANEL , AGREGADO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, USADA PARA LEVANTE DE PAREDES ALVENARIAS E REBOCO, GRANULOMETRIA ÍNIMA. OS AGREGADOS MIÚDOS DEVEM APRESENTAR PARTÍCULAS INDIVIDUAIS RESISTENTES, LIVRES DE TORRÕES DE ARGILA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS.	m³	30	30 dias
	5	216956	BRITA TIPO ROCHA FRAGMENTADA, TAMANHO Nº 00	m³	12	30 dias
	6	444582	PREGO , DESCRIÇÃO: COM CABEÇA, POLIDO, EM AÇO ZINCADO, MEDINDO 17X27MM. - UNIDADE QUILOGRAMA	kg	20	30 dias
	7	372656	VERGALHÃO , DESCRIÇÃO: RETO, SOLDÁVEL, CA60, MEDINDO 5MM, UNIDADE DE FORNECIMENTO: BARRA COM 12M. - UNIDADE BARRA	barra	25	30 dias
	8	452807	ARAME , DESCRIÇÃO: RECOZIDO, REFERÊNCIA Nº 18 - UNIDADE QUILOGRAMA	kg	20	30 dias
MATERIAL HIDROSANITÁRIO						
	9	265067	LUA DE REDUÇÃO AZUL , DESCRIÇÃO: EM PVC RÍGIDO, BÍTOLA LADO SOLDÁVEL DE 25MM E LADO ROSCÁVEL DE 1/2 POLEGADA, COM BUCHA DE LATÃO. - UNIDADE UNIDADE	und	60	30 dias

2	10	390468	TÊ, DESCRIÇÃO: EM PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, FIXAÇÃO SOLDÁVEL E ROSCÁVEL, BITOLA LADO SOLDÁVEL 25MM E LADO ROSCÁVEL 1/2 POLEGADA - UNIDADE UNIDADE	und	70	30 dias
	11	266924	ADESIVO PARA PVC, DESCRIÇÃO: COLA PLÁSTICA, PARA APLICAÇÃO EM TUBOS E CONEXÕES EM PVC, INCOLOR, FRASCO DE 850 GRAMAS. - UNIDADE FRASCO	und	10	30 dias
	12	416794	CAIXA DE GORDURA COM CESTO DE LIMPEZA REMOVÍVEL, FABRICADA EM PVC RÍGIDO, CORPO MONOBLOCO, TIPO SIFONADA. CAPACIDADE DE RETENÇÃO MÍNIMA: 18 LITROS. DIÂMETRO DE ENTRADA 50 MM (DN 50). SAÍDA: 100 MM (DN 100). PRODUTO EQUIVALENTE AO MODELO TIGRE 100N OU SIMILAR	und	5	30 dias
	13	478811	ADESIVO PU40 - SELANTE MONOCOMPONENTE À BASE DE POLIURETANO PARA FORMAÇÕES FLEXÍVEIS E RESISTENTES, COM CURA À TEMPERATURA AMBIENTE, NA COR BRANCO. PARA APLICAÇÃO EM JUNTAS DE DILATAÇÃO, PISOS INTERNOS, CALHAS, VIDROS, LOUÇAS SANITÁRIAS E SISTEMAS DE CALAFETAGEM. FRASCO COM 360G	und	10	30 dias
	14	264802	BUCHA DE REDUÇÃO, DESCRIÇÃO: EM PVC RÍGIDO, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, LONGA, BITOLA DE 50X25MM. - UNIDADE UNIDADE	und	20	30 dias
ELÉTRICOS (CABOS, TERMINAIS E DUTOS)						
	15	254622	ELETRODUTO MATERIAL EM PVC, TIPO: FLEXÍVEL CORRUGADO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO PROPAGANTE DE CHAMAS., DIÂMETRO NOMINAL: 3/4POL ROLO COM 50M	und	40	30 dias
	16	320375	ELETRODUTO MATERIAL EM PVC, TIPO: FLEXÍVEL CORRUGADO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO PROPAGANTE DE CHAMAS., DIÂMETRO NOMINAL: 1 POL, ROLO COM 50M	und	20	30 dias
	17	452686	LUVA DE EMENDA PARA MANGUEIRA CORRUGADA 25MM 3/4" POL, NA COR AMARELA	und	500	30 dias
	18	627503	LUVA DE EMENDA PARA MANGUEIRA CORRUGADA 32MM, 1" POL, NA COR AMARELA	und	500	30 dias
	19	330054	FIO FLEXÍVEL, COM SEÇÃO DO CONDUTOR DE 1.5MM, DIÂMETRO DO CONDUTOR DE 1,5MM, ISOLAÇÃO DE 0,7MM, COM CAPACIDADE DE CONDUÇÃO 750V, CERTIFICAÇÃO INMETRO E CUMPRIMENTO A NORMA ABNT, ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	20	30 dias
	20	329879	CABO FLEXÍVEL 2,50MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; COM SEÇÃO DE 2,5MM2; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	60	30 dias

21	329878	CABO FLEXÍVEL 4MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	15	30 dias
22	416521	CABO FLEXÍVEL 6MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	15	30 dias
23	416519	CABO FLEXÍVEL 10MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	10	30 dias
24	601949	CABO FLEXÍVEL 16MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR AZUL	rolo	1	30 dias
25	601949	CABO FLEXÍVEL 16MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR PRETA	rolo	2	30 dias
26	408534	CABO FLEXÍVEL 35MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO NOMINAL DE ISOLAMENTO DE 0,6/1 KV (600/1000V); CABO TIPO FLEXÍVEL; (COR A ESCOLHER)	metro	300	30 dias
27	446222	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR , PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 1,5 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	300	30 dias
28	473326	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR , PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 2,5 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	320	30 dias

29	425515	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR, PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 4 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	200	30 dias
30	425514	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR, PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 6 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	200	30 dias
31	379934	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO OLHAL, PRÉ-ISOLADO, PARA FIO FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 10 MM², FABRICADO EM COBRE ELETROLÍTICO COM ACABAMENTO ESTANHADO, COM ISOLAMENTO EM PVC RÍGIDO OU POLIAMIDA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOLDADO SOBRE O CORPO METÁLICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	50	30 dias
32	462337	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO SAPATA DE PRESSÃO, SEÇÃO NOMINAL DE 35 MM², FABRICADO EM LIGA DE COBRE ELETROLÍTICO COM ACABAMENTO ESTANHADO, COM FIXAÇÃO POR PARAFUSO EM BARRAMENTOS, DISJUNTORES OU EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	20	30 dias

ELÉTRICOS (DISJUNTORES, QUADROS E OUTROS)

33	150469	DISJUNTOR TETRAPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 10 KA, 100A, TENSÃO DE ATÉ 400 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA. ADEQUADO PARA INSTALAÇÕES TRIFÁSICAS COM NEUTRO - UNIDADE UNIDADE	und	15	30 dias
34	337912	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 10 KA, 80A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA. - UNIDADE UNIDADE	und	10	30 dias
35	616752	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 40A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA. - UNIDADE UNIDADE	und	60	30 dias
36	623128	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 32A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDADE	und	80	30 dias

37	299750	DISJUNTOR UNIPOLAR , DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 25A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDADE	und	60	30 dias
38	623129	DISJUNTOR UNIPOLAR , DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 20A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDADE	und	50	30 dias
39	416359	DISJUNTOR , DESCRIÇÃO: UNIPOLAR, 16A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA DE 5 KA, TENSÃO DE ATÉ 240 VAC - 60 HZ, EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDADE	und	80	30 dias
40	458534	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR , COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 56 DISPOSITIVOS PADRÃO DIN, CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO OU CHAPA METÁLICA COM PINTURA ELETROSTÁTICA ANTICORROSIVA, PORTA COM FECHADURA TIPO TRINCO OU MAGNÉTICA, VISOR TRANSPARENTE EM ACRÍLICO OU POLICARBONATO, E MOLDURA DE ACABAMENTO EMBUTIDA. DEVE SER ADEQUADO PARA SISTEMAS TRIFÁSICOS (3F+N), COM BARRAMENTOS ISOLADOS PARA NEUTRO E TERRA, SUPORTANDO CORRENTE NOMINAL DE ATÉ 225A, E SER COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO DE DISJUNTORES MODULARES TERMOMAGNÉTICOS. O QUADRO DEVERÁ POSSUIR BARRA DE TERRA, BARRA DE NEUTRO, TRILHOS DIN, ISOLADORES, E GUIAS PARA CABOS, ALÉM DE ESPAÇO SUFICIENTE PARA ORGANIZAÇÃO DOS CONDUTORES E FUTURA AMPLIAÇÃO. TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO: ATÉ 400 VCA. GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO: IP40 (FECHADO). PRODUTO CONFORME NBR IEC 60439-1 E NBR 5410. FORNECIMENTO COM PORTA, TRILHOS, BARRAMENTOS E ACESSÓRIOS INTERNOS MONTADOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	2	30 dias
41	623758	BARRAMENTO TRIFÁSICO , PARA CONEXÃO DE DISJUNTORES MODULARES PADRÃO DIN, COM 12 POLOS, TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 220/440V, CORRENTE NOMINAL MÍNIMA DE 100 A, ISOLAÇÃO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO ANTICHAMA, COM PINOS DE CONEXÃO EM COBRE ESTANHADO, ESPAÇAMENTO PADRÃO E COMPATÍVEL COM DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS UNIPOLARES, BIPOLARES, TRIPOLARES OU TETRAPOLARES. COMPATÍVEL COM DISJUNTORES DE MARCA STEK OU SIMILARES, DESDE QUE RESPEITEM O PADRÃO DIN. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE (BARRAMENTO COM 12 POLOS/PINOS).	und	2	30 dias

42	458405	PERFURANTE , COM CAPACIDADE DE CONEXÃO PARA CONDUTORES COM SEÇÃO NOMINAL ENTRE 25 MM² E 150 MM², TANTO NO CONDUTOR PRINCIPAL QUANTO NO DERIVADO. CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E TÉRMICA, PARA USO EXTERNO, COM PARAFUSO DE APERTO EM AÇO BICROMATIZADO OU INOX, COM CABEÇA SEXTAVADA, ISOLAÇÃO AUTOEXTINGUÍVEL, E GEL VEDANTE DIELÉTRICO INTERNO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	6	30 dias
43	452735	INTERRUPTOR DO TIPO MODULADO , DE EMBUTIR, COM UMA SEÇÃO, COM ACIONAMENTO POR TECLA SIMPLES NA POSIÇÃO HORIZONTAL. DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO. COM TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 110/220 VOLTS E CORRENTE NOMINAL DE 10A. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	150	30 dias
44	452736	INTERRUPTOR DO TIPO MODULADO , DE EMBUTIR, COM DUAS SEÇÕES, COM ACIONAMENTO POR TECLA SIMPLES NA POSIÇÃO HORIZONTAL. DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO. COM TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 110/220 VOLTS E CORRENTE NOMINAL DE 10A. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	30	30 dias
45	452737	INTERRUPTOR DO TIPO MODULAR , DE EMBUTIR, COM TRÊS MÓDULOS DE TECLA SIMPLES DO TIPO THREE WAY, PARA INSTALAÇÃO EM CONJUNTO NA POSIÇÃO HORIZONTAL. CADA MÓDULO DEVE OPERAR INDEPENDENTEMENTE, PERMITINDO ACIONAMENTO DE CIRCUITOS DISTINTOS, COM FUNÇÃO PARALELA OU INTERMEDIÁRIA. DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO. COM TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 110/220 VOLTS E CORRENTE NOMINAL DE 10A O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	50	30 dias

46	473220	TOMADA DO TIPO MODULADO, DE EMBUTIR, COM UMA SEÇÃO (2P+T), DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, COM CORRENTE NOMINAL DE 10 AMPERES E TENSÃO NOMINAL DE ATÉ 250 VOLTS. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	820	30 dias
47	618467	TOMADA DO TIPO MODULADO, DE EMBUTIR, COM UMA SEÇÃO (2P+T), DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, COM CORRENTE NOMINAL DE 20 AMPERES E TENSÃO NOMINAL DE ATÉ 250 VOLTS. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, BORNES METÁLICOS CONDUTORES ADEQUADOS PARA CABOS ATÉ 4 MM² COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	120	30 dias
48	426023	CAIXA DE EMBUTIR PARA INSTALAÇÃO EM PAREDES DE DRYWALL, MODELO 4X2 POLEGADAS, FABRICADA EM PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, AUTOEXTINGUÍVEL, RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS. COMPATÍVEL COM PLACAS DE INTERRUPTORES E TOMADAS MODULARES DE EMBUTIR. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	und	500	30 dias
49	620915	CAIXA DE EMBUTIR PADRÃO 4X2 POLEGADAS, FABRICADA EM PVC RÍGIDO, RESISTENTE A IMPACTOS E AUTOEXTINGUÍVEL. COMPATÍVEL COM PLACAS PADRÃO 4X2 E COM OS SISTEMAS MODULARES USUALMENTE ADOTADOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	300	30 dias
50	474161	TOMADA PARA INSTALAÇÃO EM PISO, PADRÃO 4X2 POLEGADAS, COM CORRENTE NOMINAL DE 10 AMPERES E TENSÃO DE OPERAÇÃO DE ATÉ 220 VOLTS .DEVE SER FORNECIDA COM PLACA DE ACABAMENTO EM ALUMÍNIO ESCOVADO, COM TAMPA ARTICULADA OU REBATÍVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E UMIDADE. CORPO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL.	und	250	30 dias
51	467020	CAIXA DE EMBUTIR METÁLICA, PADRÃO 4X2 POLEGADAS, PARA INSTALAÇÃO EM PISO, FABRICADA EM AÇO GALVANIZADO OU CHAPA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO. DEVE POSSUIR TAMPA ARTICULADA OU BASCULANTE COM ACABAMENTO EM ALUMÍNIO OU AÇO ESCOVADO, COM REBAIXO PARA INSERÇÃO DE PLACA DE INTERRUPTOR OU TOMADA.	und	250	30 dias

52	624053	PAINEL DE LED PARA EMBUTIR, TIPO PLAFON, DE 45 WATTS, TEMPERATURA DE COR entre 4000K e 4500k, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 3.800 LÚMENS, CORPO EM ALUMÍNIO E DIFUSOR EM POLICARBONATO, ACABAMENTO BRANCO FOSCO. DIMENSÕES EXTERNAS DE 62,5 CM X 62,5 CM, COMPATÍVEL COM FORRO MODULAR (TIPO ARMSTRONG). PRODUTO SIMILAR AO MODELO AVANT EMBUTIR 45W, OU EQUIVALENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	und	400	30 dias
53	460992	PLACA DE ACABAMENTO CEGA, PADRÃO 4X2 POLEGADAS, UTILIZADA PARA COBRIR PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA DESATIVADOS OU NÃO UTILIZADOS. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM ACABAMENTO LISO OU LEVEMENTE TEXTURIZADO. DEVE SER COMPATÍVEL COM CAIXAS DE EMBUTIR PADRÃO DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	70	30 dias
54	399278	PLACA DE ACABAMENTO PADRÃO 4X2 POLEGADAS, COM FURO CENTRAL. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM ACABAMENTO LISO OU LEVEMENTE TEXTURIZADO. DEVE SER COMPATÍVEL COM CAIXAS DE EMBUTIR PADRÃO DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	30	30 dias
55	426310	PLACA DE ACABAMENTO CEGA, PADRÃO 4X4 POLEGADAS, UTILIZADA PARA COBRIR PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA DESATIVADOS OU NÃO UTILIZADOS. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM ACABAMENTO LISO OU LEVEMENTE TEXTURIZADO. DEVE SER COMPATÍVEL COM CAIXAS DE EMBUTIR PADRÃO DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA	und	30	30 dias
56	483337	EXAUSTOR AXIAL PARA VENTILAÇÃO DE BANHEIROS, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, PARA INSTALAÇÃO EM PAREDE OU TETO, FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA. DEVE POSSUIR MOTOR COM FUNCIONAMENTO SILENCIOSO, ALIMENTAÇÃO BIVOLT (127V/220V), UNIDADE DE FORNECIMENTO, COR: BRANCA, UNIDADE.	und	25	30 dias

	57	384700	CAIXA DE PASSAGEM PARA INSTALAÇÃO EMBUTIDA DE SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, MODELO POP 2 EM 1, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM TAMPAS DESTACÁVEIS E CONEXÕES MÚLTIPLAS PARA DRENAGEM E TUBULAÇÃO ELÉTRICA	und	80	30 dias
	PINTURA					
	58	453736	TINTA ACRÍLICA SUPER LAVÁVEL, COM ACABAMENTO FOSCO OU ACETINADO, INDICADA PARA USO INTERNO, DE ALTO DESEMPENHO, RESISTÊNCIA A MANCHAS E COM EXCELENTE PODER DE COBERTURA E LAVABILIDADE. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA CLASSIFICAÇÃO TINTA PREMIUM CONFORME NORMA ABNT NBR 15079. NA COR: GELO. LATA COM 18 LITROS.	lata	15	30 dias
	59	397729	ROLO DE PINTURA ANTI-RESPINGO , RESISTENTE A TODOS OS TIPOS DE SOLVENTES. INDICADO PARA SUPERFÍCIES LISAS E IDEAL PARA PAREDES. COMPOSIÇÃO: LÃ DE CARNEIRO COM POLIÉSTER. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ALTURA DE LÃ: 9 MM E COMPRIMENTO: 23 CM.	und	6	30 dias
	60	467560	TRINCHA DE 4" , COM ESPESSURA MÉDIA, CABO (PLÁSTICO OU MADEIRA) IMUNE A SOLVENTES, PELAGEM MACIA E VIROLA METÁLICA ESTANHADA, PARA USO EM TODOS OS TIPOS DE TINTA.	und	10	30 dias
	61	467559	TRINCHA DE 2" , COM ESPESSURA MÉDIA, CABO (PLÁSTICO OU MADEIRA) IMUNE A SOLVENTES, PELAGEM MACIA E VIROLA METÁLICA ESTANHADA, PARA USO EM TODOS OS TIPOS DE TINTA.	und	10	30 dias
	62	397727	ROLO PARA PINTURA , DESCRIÇÃO: EM ESPUMA DE POLIESTER, MEDINDO 15CM, COM CABO PLÁSTICO E SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO. - UNIDADE UNIDADE	und	20	30 dias
5	63	619549	DILUENTE , DESCRIÇÃO: A BASE DE MISTURA BALANCEADA DE ÁLCOOIS, ÉSTERES, TEOR MÍNIMO DE 8% DE CETONAS, GLICOÉSTERES E HIDROCARBONETOS, SOLVENTE PARA LACAS, TINTAS SINTÉTICAS, SELADORAS E VERNIZES, ISENTO DE BENZENO E SOLVENTES CLORADOS, TIPO THINNER INDUSTRIAL, UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALÃO COM 900ML	litro	15	30 dias
	64	619549	DILUENTE , DESCRIÇÃO: A BASE DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO, SOLVENTE PARA TINTAS A ÓLEO, ESMALTES E VERNIZES SINTÉTICOS, TIPO RAZ, UNIDADE DE FORNECIMENTO: LATA COM 1 LITRO. - UNIDADE LATA	litro	10	30 dias
	65	467594	TEXTURA ACRÍLICA PARA APLICAÇÃO EM PAREDES INTERNAS OU EXTERNAS, PRONTA PARA USO, À BASE DE RESINA ACRÍLICA, COR: BRANCA.. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BALDE COM 25 KG.	lata	30	30 dias

	66	457040	TINTA ACRÍLICA SUPER LAVÁVEL , COM ACABAMENTO FOSCO , INDICADA PARA USO INTERNO, DE ALTO DESEMPENHO, RESISTÊNCIA A MANCHAS E COM EXCELENTE PODER DE COBERTURA E LAVABILIDADE. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA CLASSIFICAÇÃO TINTA PREMIUM CONFORME NORMA ABNT NBR 15079. NA COR: PRETA. LATA COM 18 LITROS.	lata	5	30 dias
	LOUÇAS E METAIS					
	67	618198	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA, MODELO CONVENCIONAL, COR BRANCA, SAÍDA VERTICAL, ALTO PADRÃO, FORMATO OVAL, DIMENSÃO: 375X38,50X71,50 CM (A X L X P) (variação de 10% aceitável) - (MODELO DE REFERÊNCIA: DECA RAVENA OU SIMILAR. CONTENDO (COM ASSENTO NA COR BRANCA) E KIT INSTALAÇÃO COM JOGO DE PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO E ANEL DE VEDAÇÃO	und	94	30 dias
	68	614569	CHUVEIRO TIPO DUCHA COM ESPALHADOR GRANDE, POTÊNCIA NOMINAL DE 6.800W, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220V, SISTEMA DE AQUECIMENTO INSTANTÂNEO POR RESISTÊNCIA BLINDADA, COM CONTROLE DE TEMPERATURA ELETRONICO E SELETOR DE JATO PARA CHUVEIRO OU DUCHA PRODUTO EQUIVALENTE OU SIMILAR AO MODELO ACQUA DUO 6800W 220V DA LORENZETTI.	und	15	30 dias
	69	600647	CUBAS DE EMBUTIR PARA LAVATÓRIO , OVAL, SEM LADRÃO, DE COR BRANCO GELO, 48,5x37,5cm (variação de 10% aceitável) COM VALVULA DE ESCOAMENTO COM TAMPA DE METAL (INSTALADA), MODELO REFERÊNCIA NO MATERIAL LOUÇA TIPO CELITE OU SIMILAR.	und	33	30 dias
6	70	482762	TORNEIRA DE AÇO INOX , ACABAMENTO POLIDO, BINÍQUEL, COR CROMADO, 1/2 POLEGADA DN 15, DE MESA PARA LAVATÓRIO, GARANTIA TODA VIDA DE FUNCIONAMENTO E CONTRA DEFEITO DE FÁBRICA, SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO AUTOMÁTICO, COM AREJADOR EMBUTIDO, CALASSE DE PRESSÃO 2 A 40 M.C.A, ANEL DE VEDAÇÃO, PORCA DE FIXAÇÃO E MANUAL DE INSTALAÇÃO, COMPOSIÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, ACIONAMENTO POR BOTÃO REDONDO COM MÍNIMO DE COMPRIMENTO DA BASE AO BICO AREJADOR: 122 MM - MODELO DE REFERENCIA DOCOL PRESSMATIC COMPACT OU SIMILAR	und	33	30 dias
	71	358129	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL , TIPO BICA ALTA, DIÂMETRO 1/4 POL,DE BANCADA ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS COM MISTURADOR (QUENTE/FRIO), APLICAÇÃO COPA E COZINHA	und	4	30 dias
	72	441837	ANEL DE VEDACAO P/VASO SANITARIO C/GUIA E KIT DE FIXACAO EM ACO ZINCADO E BUCHA Nº10	und	24	30 dias

	73	269020	KIT DE TRÊS BARRAS DE APOIO PARA BANHEIRO EM ALUMÍNIO ALTO BRILHO POLIDO DE 30 CM, 40 CM, 60 CM, FIXAÇÃO POR PARAFUSOS, SEGUINDO OS PADRÕES DA NBR9050- 2015, DIÂMETRO DO CUBO : 3,17 CM, PESO SUPORTADO: 150 KG	und	30	30 dias
	74	454318	KIT PARAFUSO INOX CROMADO 10MM FIXAÇÃO VASO SANITÁRIO E BIDÊ	und	24	30 dias
	75	269020	KIT ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM AÇO INOX COM 5 PEÇAS E COM BUCHAS E PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO	und	10	30 dias
	76	478489	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA EM INOX: DISPENSER/TOALHEIRO PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2 E 3 DOBRAS; CAPACIDADE MÍNIMA PARA 400 FOLHAS; EM AÇO INOX; PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, COM KIT PARA FIXAÇÃO; MEDIDAS: 25 CM X 30 CM X 13 CM. ADMITE VARIAÇÕES NAS MEDIDAS DE +/- 5 CM	und	19	30 dias
	77	475640	DISPENSADOR , MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO PARA SABONETE LÍQUIDO, CAPACIDADE 1.000 ML, DIMENSÕES 20,5CM X 12CM X 8CM, variação de + ou - 10%)	und	19	30 dias
	DADOS E INTERNET					
7	78	474228	CABO DE PAR TRANÇADO , CATEGORIA 6 (CAT6), PARA TRANSMISSÃO DE DADOS EM REDES DE COMPUTADORES, CONFORME PADRÃO ANSI/TIA-568-C.2, CAIXA COM 305	caixa	50	30 dias
	79	473148	CONECTOR DE REDE RJ45 , TIPO DE CONECTOR: RJ-45 CAT6 MACHO	und	600	30 dias
	80	473424	MÓDULO DE TOMADA USB , DE EMBUTIR, DO TIPO CARREGADOR, COM COM SAÍDA DE 5 VOLTS E CORRENTE MÍNIMA DE 2 AMPERES, PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO-CIRCUITO, E CORPO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COMPATÍVEL COM SISTEMAS MODULARES DE INTERRUPTORES E TOMADAS PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE), COR BRANCA.	und	300	30 dias
	81	303942	TOMADA DE COMUNICAÇÃO PADRÃO RJ45 FÊMEA , CATEGORIA 6 (CAT6), PARA CONEXÃO DE CABOS DE REDE ESTRUTURADA, COMPATÍVEL COM SISTEMAS ETHERNET ATÉ 1 GBPS (10/100/1000 MBPS). COMPATÍVEL COM CABOS DE PAR TRANÇADO UTP (UNSHIELDED TWISTED PAIR) DE 22 A 26 AWG E ATENDER À NORMA ANSI/TIA-568-C.2. DEVE POSSUIR 8 VIAS (PINOS), MONTAGEM POR SISTEMA DE ENGATE TIPO KEYSTONE OU COMPATÍVEL COM SISTEMA MODULAR PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS)	und	600	30 dias

PISOS E PORCELANATOS						
8	82	300226	REVESTIMENTO CERÂMICO, DESCRIÇÃO: TIPO REVESTIMENTO DE PISO, MEDINDO 35,5 X 72,5CM, BRANCO RETIFICADO ACETINADO, 1ª QUALIDADE PEI 4. - UNIDADE METRO QUADRADO	m²	800	30 dias
	83	448626	PORCELANATO, APLICAÇÃO PISOS EM GERAL, LARGURA 70 X 70 CM, ESPESSURA 9 MM, ACABAMENTO ACETINADO, COR BÁSICA CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSE A MEDIDAS.	m²	250	30 dias
	84	293942	REJUNTE À BASE DE RESINA EPÓXI, BICOMPONENTE, INDICADO PARA USO EM PORCELANATOS, CERÂMICAS E REVESTIMENTOS EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS, COM ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA, MECÂNICA E À UMIDADE, NA COR CINZA PLATINA	kg	230	30 dias
	85	293625	ESPAÇADOR NIVELADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO, COM ESPESSURA DE 2 MM, FABRICADO EM POLIETILENO OU POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAIXA COM 500 UNIDADE	caixa	30	30 dias
	86	293625	ESPAÇADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, APLICAÇÃO NIVELAMENTO DE PISO, TIPO CUNHA COM ESPAÇADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETANGULAR; COM ESPESSURA DE 2MM, CAIXA COM 500 UNIDADE	caixa	20	30 dias
	87	236228	ESPÁTULA MANUAL PARA APLICAÇÃO DE REJUNTES CIMENTÍCIOS OU EPÓXI, CONFECCIONADA COM BASE PLANA EM EVA DE ALTA INTENSIDADE	und	15	30 dias
ELETRODOMÉSTICO						
*	88	373182	FOGAO ELETRICO TIPO DOMESTICO COOKTOP 5 BOCAS A GÁS , BIVOLT OU 220V , VIDRO TEMPERADO, COR PRETO, 1 QUEIMADOR RAPIDO E 4 SEMI-RAPIDO, GRADES INDIVIDUAIS E ESMALTADAS	und	3	30 dias
ESQUADRIAS: PORTAS JANELAS						
9	89	300776	KIT PORTAS PRONTAS PVC WOOD (80X210) O KIT PORTA PRONTA CONTÉM: PORTA DE MADEIRA + JOGO DE MARCO COM BORRACHA AMORTECEDORA + JOGO DE ALIZARES + JOGO DE DOBRADIÇAS + FECHADURA	und	30	30 dias
	90	300776	KIT PORTAS PRONTAS PVC WOOD (90X210) O KIT PORTA PRONTA CONTÉM: PORTA DE MADEIRA + JOGO DE MARCO COM BORRACHA AMORTECEDORA + JOGO DE ALIZARES + JOGO DE DOBRADIÇAS + FECHADURA	und	2	30 dias
EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS						

10	91	259323	SERRA MÁRMORE 125MM: - POTÊNCIA: 1450W - CAPACIDADES: 90° - 40MM / 45° - 21,5MM - DIÂMETRO DO DISCO: 125MM - ROTAÇÕES POR MINUTO: 12200 RPM - DIMENSÕES (C X L X A): 238 X 211 X 169MM - PESO: 3 KG IGUAL OU SUPERIOR A MARCA: MAKITA	und	3	30 dias
	92	313447	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO 1/2 POL. , SEM FIO, PROJETADA COM CARCAÇA ROBUSTA E PROTEÇÃO DAS CÉLULAS DA BATERIA, MOTOR COM ESCOVAS DE CARVÃO SUBSTITUÍVEIS PARA MANUTENÇÃO E REPARO FÁCIL, COM FUNÇÃO ELECTRONIC CELL PROTECTION, FEEDBACK DO ESTADO DA FERRAMENTA, COM 02(DUAS) BATERIA DE LÍTIO, TENSÃO DA BATERIA: 18V 1.5AH, NÚMERO DE ROTAÇÕES EM VAZIO: 1ª VELOCIDADE 0 - 450 RPM, NÚMERO DE ROTAÇÕES EM VAZIO: 2ª VELOCIDADE 0 - 1700 RPM, TORQUE MÁXIMO (DURO/MACIO): 54/21NM, CONFIGURAÇÕES DE TORQUE: 20+2, MANDRIL DE APERTO RÁPIDO: 1/2" (13MM), DIMENSÕES: (CXLXA): 210 X 62 X 225MM.	und	3	30 dias
	93	434467	PLAINA ELETRICA - DE ACO, PARA MADEIRA E ALISAMENTO DE EXTREMIDADES, NA VOLTAGEM DE 220V, COM ROTACAO DE 13.000RPM, POTENCIA DE 750 WATTS, PROFUNDIDADE DE CORTE POR PASSADA DE 0 A 2MM, PESANDO APROXIMADAMENTE 2,5 KG,	und	3	30 dias
	94	414424	MOTOR MONOFASE 3 CV P/ SERRA COM POLIA	und	3	30 dias
	95	474179	MÁQUINA FONTE INVERSORA DE SOLDA; MMA 250 A - BIVOLT; COM DISPLAY DIGITAL E ALÇA DE TRANSPORTE. GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES	und	3	30 dias
	96	480821	COMPRESSOR DE AR 2 HP 140 PSI CMV10 PL/100A	und	3	30 dias
	97	600247	ESMERIL 8" 1 HP MONOFÁSICO 220V	und	3	30 dias
	98	258369	PISTOLA PINTURA , TIPO SUÇÃO, CAPACIDADE 1 L, DIÂMETRO BICO 1,60 MM, APLICAÇÃO PINTURAS EM GERAL	und	3	30 dias
	99	246230	GRAMPO TIPO SARGENTO MODELO C , COM ABERTURA ÚTIL DE 10 POLEGADAS (APROXIMADAMENTE 254 MM), FABRICADO EM AÇO FORJADO OU FERRO NODULAR, COM HASTE ROSCADA EM AÇO TEMPERADO E ACABAMENTO GALVANIZADO OU PINTADO ANTICORROSIVO.	und	4	30 dias
	100	355317	GRAMPO TIPO SARGENTO MODELO C , COM ABERTURA ÚTIL DE 12 POLEGADAS, FABRICADO EM AÇO CARBONO FORJADO OU FERRO FUNDIDO NODULAR, COM BARRA ROSCADA EM AÇO TRATADO TERMICAMENTE, EMPUNHADURA GIRATÓRIA E MORDENTES REFORÇADOS.	und	4	30 dias

	101	606032	GRAMPO TIPO SARGENTO, MODELO TIPO T , TAMANHO 1,5M UTILIZADO PARA FIXAÇÃO, Prensagem ou união de peças corpo fabricado em aço carbono ou ferro fundido, com barra deslizando tipo T em perfil resistente, rosca trapezoidal e cabo de aperto emborrachado ou metálico. Com mordentes reforçados com proteção contra marcas nas peças e sistema de ajuste rápido	und	4	30 dias
	102	225160	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO com chassi metálico e caçamba metálica funda, completo; com braço metálico e caçamba metálica funda capacidade: 45 litros	und	4	30 dias
	103	431540	ENXADA , descrição: em aço, tipo lâmina larga com 296mm, cabo em madeira aparelhada.	und	4	30 dias
	104	373514	RÉGUA PARA PEDREIRO , de 3 metros, fabricada em perfil de alumínio retificado ou liga metálica de alta resistência. Deve possuir faces planas e paralelas, com acabamento liso	und	4	30 dias
*	105	271907	LÃ DE ROCHA , do tipo feltro leve e flexíveis, aglomerados com resinas especiais. Indicados para usos diversos em superfícies irregulares, planas ou cilíndricas. Melhora a performance termo-acústica de sistemas construtivos e equipamentos industriais. São fornecidos em rolos com baixas densidades que proporcionam facilidade no manuseio. ROLO: 9,60M ² ; COMPRIMENTO: 800CM; LARGURA: 120CM; ESPESSURA: 5,1CM; DENSIDADE: 32KG/M ³ ; EMBALAGEM: FILME PLÁSTICO TERMO RETRÁTIL; NORMAS: ABNT NBR 11722 / ASTM C665.	rolo	155	30 dias
*	106	362637	MANTA ASFÁLTICA IMPERMEABILIZANTE , do tipo III, constituída por asfalto modificado com polímero elastomérico (SBS), reforçada internamente com véu de fibra de vidro (classe B), com espessura de 4 mm, acabamento superficial em filme de polietileno (PP), aplicável por fusão térmica com maçarico, para uso em sistemas de impermeabilização de baldrame, fundações, lajes, coberturas e superfícies enterradas. O produto deve ser fornecido em rolos de 1,00 m de largura por 10 m de comprimento, com certificação do INMETRO e conforme a norma técnica vigente (NBR 9952).	rolo	10	30 dias

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo, com as do compras.gov – CATMAT/CATSER, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência. Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo contido neste Termo de Referência.

1.2. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. Os bens da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital

n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

1.2.2. O material a ser adquirido se enquadra como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e art. 73, inciso I, do art. 74 e art. 77 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.3. DO CONTRATO

1.3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.3.2. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho de despesa, por se tratar de entrega imediata, sem obrigação futura, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e art. 210 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.3.3. O prazo de vigência do **contrato será de 30 (trinta) dias** contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho para todos os itens.

1.3.4. No caso de formalização de contrato, a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o instrumento contratual não lhe oferece mais vantagem, nos termos do § 1º, do art. 106, da Lei Federal 14.133, de 2021.

1.3.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.3.6. O fornecimento de bens é enquadrado como integral.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência foi planejado e elaborado com fundamentos nos seguintes dispositivos legais:

2.1.1. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

2.1.2. Decreto 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, porém foi autorizado pela autoridade competente conforme determinação nos autos.

2.3. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal foi criada por meio do Decreto nº 40.833, de 26 de maio de 2020. Com sua criação, foi desvinculada da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e desde então passa por processo de estruturação.

2.4. A Polícia Penal foi criada pela Emenda Constitucional nº 104/2019, que inseriu este órgão no rol dos órgãos de segurança pública listados no art. 144 da CF/88. A criação foi motivada pela necessidade de controle das atividades de integrantes de organizações criminosas que, mesmo submetidos a penas de restrição de liberdade, continuam comandando a organização criminosa de dentro dos presídios e ordenando a execução de crimes que ocorrem fora das unidades prisionais, de modo que o problema da segurança pública não se encerra com a prisão dessas pessoas. Ao contrário, iniciam-se inúmeros outros problemas que merecem a devida repressão do Estado.

2.5. Atualmente, a sede administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária funciona em imóvel locado no Setor Bancário Sul. A sede operacional, no entanto, está situada na antiga rododiferroviária de Brasília.

2.6. Com objetivo de promover a gestão eficiente dos recursos disponíveis e gerar economia para os cofres públicos, iniciou-se a adequação do edifício onde atualmente funciona a sede operacional, unificando as sedes administrativa e operacional em um único edifício.

2.7. O material adquirido será utilizado para a execução de reparos nas unidades da SEAPE/DF, inclusive nas instalações do referido prédio, de modo a adequá-lo às novas funções administrativas da SEAPE, que atualmente está alocada no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco G. Ressalta-se que o imóvel a ser reparado, de propriedade da União Federal, encontra-se em fase de cessão, sendo necessário realizar ajustes e melhorias nas suas condições.

2.8. Importante destacar que o prédio já passou por algumas adequações anteriormente, com a instalação de diversas unidades da Secretaria, como o CIME, a GEOR, a DFPP e a GETRAN. No entanto, em virtude das necessidades de gestão contínua e de expansão das atividades administrativas, torna-se necessária a realização de novos serviços de reparos em estruturas físicas.

2.9. Diante do exposto, justifica-se a aquisição de insumos e equipamentos para manutenção de bens imóveis e instalações, a fim de atender às demandas administrativas da SEAPE.

2.10. Além disso, os reparos irão proporcionar melhores condições de trabalho para os policiais que atuam naquela sede operacional e administrativa. Essa valorização do capital humano é fundamental para a construção de um sistema mais eficiente.

- 2.11. Os materiais também serão utilizados nas unidades prisionais com o mesmo objetivo acima citado.
- 2.12. Outro aspecto importante é a imagem institucional. Uma Sede em boas condições reflete o compromisso do Estado com a justiça e a reintegração social, além de transmitir confiança à população. Isso é essencial para o fortalecimento da relação entre a sociedade e o sistema penitenciário, promovendo uma visão mais positiva sobre o tratamento dos presos e a importância da reabilitação.
- 2.13. Dessa forma caracteriza-se o interesse público e administrativo da aquisição do bem comum almejado por esta Administração.

2.14. **ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO**

- 2.14.1. O objeto referenciado neste Termo está alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, pois faz parte da manutenção periódica das estruturas carcerárias.

MISSÃO	Administrar o Sistema Prisional do Distrito Federal, garantindo o fiel cumprimento da pena, a manutenção da segurança pública e promovendo a reinserção social das pessoas privadas de liberdade.
VISÃO	Ser referência na administração e segurança prisional, sendo reconhecida nacionalmente pela busca contínua do equilíbrio entre a justa execução da pena e a dignidade da pessoa humana.
VALORES	Justiça, Equidade, Disciplina e Ordem, Respeito à Dignidade da Pessoa Humana, Proporcionalidade, Prevenção e Transformação.
OBJETIVO/INICIATIVA	Fortalecer a gestão do Sistema Penitenciário (Assegurar equipamentos, manutenção, construção, ampliar a captação de recursos etc.)

3. **DA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. A presente aquisição não será processada pelo Sistema de Registro de Preços, em razão do objeto não se enquadrar no disposto nos incisos I, II, III e IV, art. 190, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, por se tratar de aquisição única, com a entrega do bem previamente definida em quantidades certas neste Termo de Referência e com previsão de recursos orçamentários para fazer face à despesa.

- 3.2. Ressalta-se que a SEAPE - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal é considerado Órgão Gerenciador, pois foi excluída do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços, por meio Decreto Distrital nº 41.578/2020, para adotar procedimentos licitatórios de interesse da Pasta e encaixa-se no inciso II do Art. 191 da Lei Federal 14.133/2021:

II – órgãos da administração direta excluídos do regime de centralização de compras, mediante decreto específico, autorizados a licitar e contratar bens, obras e serviços, inclusive de engenharia;

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 4.1. A solução que apresenta maior vantajosidade para o interesse público, bem como para esta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE), considerando a melhor relação custo-benefício, é a aquisição por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item ou por grupo, para eventual aquisição de insumos e equipamentos para manutenção de bens imóveis e instalações. A presente contratação visa atender às necessidades desta Secretaria, inclusive relacionadas à manutenção do prédio que abrigará a nova sede operacional da SEAPE, localizada na SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N, Ala Sul, Brasília/DF, CEP 70631-900, bem como à manutenção das demais unidades prisionais.

- 4.2. Todos os materiais a serem adquiridos serão utilizados para a manutenção do prédio da antiga Estação Rodoferroviária de Brasília, além das unidades prisionais sob responsabilidade desta Secretaria, assegurando, assim, a adequada execução das atividades institucionais da SEAPE.

- 4.3. Serão aceitos materiais com especificações comprovadamente superiores às mínimas exigidas.

- 4.4. A aplicação de todos os itens é imediata e conjunta.

- 4.5. A ausência de um dos itens pode resultar em não alcançar o objetivo da aquisição.

- 4.6. Os materiais devem obedecer a legislação vigente.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **DOS MATERIAIS**

- 5.1.1. Os materiais a serem adquiridos se enquadram como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

5.1.2. O material deve ser entregue no prazo de 30 (quinze) dias após a notificação do empenho ao fornecedor no endereço indicado no Edital, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT.

5.1.3. O prazo de garantia dos materiais é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será observada conforme a especificidade de cada objeto, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.1.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.1.3.3. Os itens que apresentarem vício, defeito ou não estarem compatíveis com a qualidade solicitada, no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores.

5.1.4. As unidades ou formas de apresentação dos materiais, bem como os seus respectivos quantitativos, estão detalhadas na planilha de especificação dos produtos.

5.1.5. Faz-se necessário a aplicação de normas técnicas para os materiais em questão.

5.1.6. Os materiais devem ser novos, de primeiro uso e ainda:

5.1.6.1. Estar, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.6.2. Observar as normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;

5.1.6.3. Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente, ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999).

5.1.7. Padronização dos itens elétricos - Grupo 4

5.1.7.1. Para garantir a compatibilidade técnica, a uniformidade estética e a segurança nas instalações, os itens elétricos listados no Grupo 4 deverão ser ofertados com padrão de marca único por tipo de material. Ou seja, itens do mesmo tipo ou função — como interruptores, tomadas, placas de acabamento, suportes, disjuntores, quadros de distribuição — deverão ser, cada qual, de uma mesma marca, respeitando a uniformidade entre os componentes idênticos.

5.1.7.2. Não será exigida marca específica, porém os materiais ofertados para este grupo deverão pertencer a uma mesma marca-fabricante, devendo tal marca constar expressamente na proposta comercial apresentada. A Administração reserva-se o direito de recusar propostas com marcas distintas dentro do mesmo grupo, ainda que tecnicamente compatíveis, visando garantir a padronização da solução.

5.1.7.3. Tal exigência baseia-se em critérios técnicos e operacionais, e não configura direcionamento de mercado, estando de acordo com o §1º do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. **SUSTENTABILIDADE**

5.2.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.2.2. Para atendimento aos termos da Lei Distrital n.º 4.770, de 2012, o licitante pode apresentar documento probatório de que possui compromisso com a Sustentabilidade Ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:

5.2.2.1. Por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou

5.2.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

5.2.2.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

5.2.2.4. No caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, poderá ser designada pela SEAPE-DF, uma Comissão de Avaliadores que, juntamente com o agente de contratação, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.

5.2.2.5. Caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam

verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso;

5.3. DO CONSÓRCIO

5.3.1. A participação de consórcios **não** será admitida, uma vez que os materiais a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado e tal permissibilidade poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

5.4. DA COOPERATIVA

5.4.1. A participação de cooperativas **não** será admitida, uma vez que os materiais a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. Pelo mesmo fato, **não** há motivos para se admitir a subcontratação, para gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

5.6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 ao 102, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e alterações vigentes.

5.6.2. Ademais, os itens registrados são padronizados e de fornecimento simples, sendo suficientes as penalidades legais para coibir descumprimentos. Diante disso, à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, a equipe de planejamento entendeu que a exigência de garantia mostra-se desnecessária e desfavorável ao interesse público.

5.7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

5.7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

5.8. DA RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NÃO EMPRESÁRIAS

5.8.1. Não é possível a participação de pessoas físicas não empresárias neste certame, uma vez que não possuem os requisitos mínimos indispensáveis para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, não havendo como verificar a documentação de habilitação jurídica, fiscal e qualificação técnica, entre outras, por não possuírem tais documentos.

5.9. DA AMOSTRA

5.9.1. A amostra visa permitir a verificação da compatibilidade material do objeto ofertado e o objeto definido pela Administração. Conforme exegese de MARÇAL JUSTEN FILHO, a exigência da amostra é peculiarmente necessária quando a avaliação da qualidade do produto não puder ser feita exclusivamente de modo teórico (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18º ed. pag, 908).

5.9.2. Nessa linha, verifica-se a desnecessidade de amostra no presente certame, vez que é suficiente, para aferição das características exigidas dos materiais que serão contratados, o mero cotejo entre as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e as especificações técnicas do objeto adquirido.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1.1. O prazo para entrega dos materiais será de **até 30 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

6.1.2. Em caso de prorrogação do prazo de entrega, este poderá ser efetuado uma única vez, por no máximo igual período. Deverá ser feito por escrito, justificadamente, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual.

6.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, devendo ser substituídos às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 6.1.4. O prazo de troca do produto será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do conhecimento da razão da troca por parte do fornecedor.
- 6.1.5. O descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.
- 6.1.6. Os produtos deverão ser novos e em primeiro uso.
- 6.1.7. Os bens entregues deverão restar, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento), do prazo total de validade previsto por cada produto, na ocasião de sua entrega.
- 6.1.8. Os materiais deverão possuir certificado junto ao INMETRO, quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o art. 42, da Lei Federal 14.133, de 2021.
- 6.1.9. As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, atóxicas, limpas, lacradas e íntegras, ou seja, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.
- 6.1.10. Na rotulagem deverá constar o nome e composição do produto, lote, data de fabricação e de validade, quando couber, número do CNPJ, nome e endereço do fabricante/produtor, condições de armazenamento, quantidade e peso, quantidade, registro e dados do responsável técnico junto ao respectivo Conselho, neste último caso quando couber.
- 6.1.11. Não serão aceitos materiais que não apresentarem as características estabelecidas neste instrumento, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.
- 6.1.12. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, por meio de Termo Circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.
- 6.1.13. Os bens rejeitados devem ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2. DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

6.2.1. Os bens deverão ser entregues conforme as especificações deste Termo de Referência, no horário das 9h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira, na futura Sede Administrativa e Operacional da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, situada no endereço: SAIN – Estação Rodoferroviária, Ala Sul, Brasília – DF (ao lado do Shopping Popular), CEP 70.631-900, Telefone: (61) 3441-8628, na Gerência de Obras da SEAPE-DF, com exceção dos itens 1 (cimento) e 67 (vaso sanitário), que deverão ser entregues **conforme tabela abaixo**:

6.2.2. Item 1 (cimento):

Local de entrega e endereço	Quantidade
CDP - Centro de Detenção Provisória - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	150
CPP - Centro de Progressão Penitenciária - Setor de indústria e Abastecimento, Trecho 4, lotes 1580 a 1740 - SIA-DF.	90
DPOE - Diretoria Penitenciária de Operações Especiais - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	250
PDF I - Penitenciária do Distrito Federal I - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	185
PDF II - Penitenciária do Distrito Federal II - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	92
PDF IV - Penitenciária do Distrito Federal IV - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	150
CIR - Centro de Internamento e Reeducação - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	120
PFDF - Penitenciária Feminina do Distrito Federal - Rodovia - DF 483, Área Especial 01 - Gama Leste -DF.	250
Sede Operacional - SAIN – Estação Rodoferroviária, Ala Sul, Brasília – DF	250

6.2.3. Item 67 - (Vaso sanitário):

Local de entrega e endereço	Quantidade
CIR - Centro de Internamento e Reeducação - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF	15
PDF I - Penitenciária do Distrito Federal I - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	20
PDF II - Penitenciária do Distrito Federal II - Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, São Sebastião-DF.	6

6.3. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

6.3.1. Os produtos constantes do Termo de Referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal n.º 8.078, de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

6.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.3.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.3.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.3.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.3.6. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.3.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.3.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.3.9. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.4.1. Entregar os materiais de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital.

6.4.2. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE-DF), qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

6.4.3. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo Contratante.

6.4.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

6.4.5. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela Contratante.

6.4.6. Atender, no prazo fixado, às solicitações do Fiscal Técnico, Fiscal administrativo e/ou Gestor do contrato.

6.4.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.8. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à Contratante.

6.4.9. Garantir a qualidade dos materiais, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado, quando da entrega.

6.4.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre.

6.4.11. Cumprir as exigências de cadastro reserva previstas em lei, bem como em outras normas específicas, em atendimento ao art. 92, inciso XVII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.12. Assegurar que os produtos entregues estarão em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do produto apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.13. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.

6.4.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa de licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.5.1. Nomear o(s) Fiscal(is) do Contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.

6.5.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva execução do objeto deste Termo de Referência.

6.5.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.

6.5.4. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias aos objetos contratados e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do contrato.

6.5.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

6.5.6. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no objeto da contratação.

6.5.7. A fiscalização dos serviços pela SEAPE/DF tem caráter de mero acompanhamento do pleno atendimento das cláusulas contratuais, não eximindo a CONTRATADA das responsabilidades sobre os objetos contratados.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

7.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da Contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.

7.6. A entrega do(s) material(s) OU serviço(s) será acompanhada pela equipe de fiscalização indicada pela SEAPE, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

7.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.8. Durante a execução, o Contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.9. FISCALIZAÇÃO

7.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos

respectivos substitutos, conforme caput do art. 117, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.9.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.10. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

7.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

7.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12. **GESTOR DO CONTRATO**

7.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante ao inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.12.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou instrumento equivalente.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.1. Será recebido o material:

8.1.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

8.1.1.2. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas neste edital, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do material especificado neste Edital.

8.1.2. O procedimento previsto no item anterior visa garantir que o material adquirido seja entregue pela empresa em conformidade com as especificações definidas neste Termo de Referência.

8.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.5. Caso após o recebimento provisório constatar-se que o objeto desta contratação possui vícios aparentes ou redibitórios, ou estão em desacordo com as especificações, ou a proposta, será interrompido o prazo para o recebimento definitivo, até que sanado o problema.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

8.1.7. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

8.2. DA LIQUIDAÇÃO

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo legal para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.2.1. O prazo de validade;

8.2.2.2. A data da emissão;

8.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.2.4. O valor a pagar; e

8.2.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.2.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em dispensa de licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua

defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

8.3.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor da contratante, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal;

8.3.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital n.º 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.

8.3.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.4.1. O pagamento será realizado em parcela única, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.5.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF:

a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União e créditos tributários relativos, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Portaria Conjunta RFB-PGFN n.º 1.751/2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB-PGFN n.º 3.193/2017;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/1990);

c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade e expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.3. A Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

8.5.4. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão n.º 3.056/2008 – TCU – Plenário);

8.5.5. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial (item 14.5.1, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto);

8.5.6. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente corrigidos dos vícios/erros que motivaram a rejeição;

8.5.7. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

8.5.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

8.5.9. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, de 18/02/2011;

8.5.10. A regra definida no Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, não se aplica:

- a) Aos pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
- b) Aos pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; e
- c) Aos pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado. (Art. 6º c/c 7º do Decreto Distrital nº 32.767/2011);
- d) Por ocasião do pagamento será feita a retenção do Imposto de Renda incidente sobre os serviços prestados, conforme estabelece a Portaria nº 247, de 31/07/2019, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

8.5.11. Deverão ser efetuadas a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Procedimento de Licitação, na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e aos incisos I e II, do art. 33 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.2. A **adjudicação** dos objetos deve ser procedida por grupo, com exceção dos itens 1, 88, 105 e 106 que será **por item**.

9.3. Na licitação **por grupo**, o objeto não é dividido, representando uma solução como um todo, já que a divisão poderia gerar prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala.

9.4. A composição dos grupos foi definida com base na natureza técnica dos materiais e na necessidade de fornecimento integrado ou compatibilidade técnica entre os itens, conforme orientação do setor demandante.

9.5. O licitante deverá apresentar proposta individualizada para cada grupo ou item, conforme definido no Edital, com valores unitários e totais compatíveis com os preços praticados no mercado.

9.6. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como da econômico-financeira, são as usuais para a generalidade dos objetos.

9.7. A proposta comercial deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

9.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.9. O modo de disputa será aberto/fechado.

9.10. O fornecimento do objeto será integral.

9.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.12. Dessa forma, no caso em tela, as justificativas apresentadas demonstram a motivação para o agrupamento dos itens, quais sejam: compatibilidade técnica dos itens agrupados; facilitação da manutenção e aplicação da garantia; ampliação do número de interessados na licitação; economia de escala; alcance de melhores preços; aquisição mais vantajosa pelo menor preço; redução de possíveis problemas na fase de contratação; e o alcance do resultado pretendido com a mudança de sede.

9.13. DOS REQUISITOS DA PROPOSTA

9.13.1. Os documentos que atestarem a qualidade dos objetos deverão ser expedidos conforme o art. 42, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em suas peculiaridades e especificidades.

9.14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.14.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.14.1.1. Da comprovação jurídica

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

9.14.1.2. Da regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.14.1.3. Da qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020- 73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG: Índice de Liquidez Geral} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)}$$
$$\text{ILG} = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \geq 1$$

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ILC: Índice de Liquidez Corrente ≥ 1 (maior ou igual a 1)
ILC = ATIVO CIRCULANTE ≥ 1

PASSIVO CIRCULANTE ATIVO TOTAL

SG: Solvência Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)
SG = ATIVO TOTAL ≥ 1

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

9.14.1.4. Da qualificação Técnica

I - A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa proponente, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação.

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado desta aquisição é de **R\$ R\$ 595.247,24 (quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos).**

GRUPOS	ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UND. MEDIDA	QUANT. GLOBAL DO ITEM	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
CIMENTOS (ITEM EXCLUSIVO)							
*	1	327367	CIMENTO, TIPO: PORTLAND, COMPOSIÇÃO: FÍER, CLASSE: CP II - F - 32, UNIDADE DE FORNECIMENTO: SACO DE 50KG. (ITEM EXCLUSIVO)	und	1.537	R\$ 33,00	R\$ 50.721,00
MATERIAL BÁSICO (GRUPO EXCLUSIVO)							
	2	428225	ADITIVO PLASTIFICANTE PARA ARGAMASSAS DE ASSENTAMENTO E REBOCO CONVENCIONAL LATA COM 18L	Balde	5	R\$ 211,38	R\$ 1.056,90

1	3	216954	AREIA MEDIA LAVADA A GRANEL , AREIA LAVADA DE GRANULOMETRIA MÉDIA, ENTRE 0,42 MM E 2,0 MM, ISENTA DE MATERIAIS ORGÂNICOS, BARRO, MICA OU IMPUREZAS. DESTINADA A USO EM ARGAMASSAS E CONCRETOS, CONFORME NBR 7211. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA, SER LAVADA MECANICAMENTE E POSSUIR COMPOSIÇÃO HOMOGÊNEA. FORNECIMENTO EM ESTADO NATURAL, COM TEOR DE UMIDADE CONTROLADO. MATERIAL SUJEITO À INSPEÇÃO E RECUSA SE FORA DO PADRÃO.	m³	30	R\$ 180,05	R\$ 5.401,50
	4	216953	AREIA FINA LAVADA A GRANEL , AGREGADO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, USADA PARA LEVANTE DE PAREDES ALVENARIAS E REBOCO, GRANULOMETRIA ÍNIMA. OS AGREGADOS MIÚDOS DEVEM APRESENTAR PARTÍCULAS INDIVIDUAIS RESISTENTES, LIVRES DE TORRÕES DE ARGILA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS.	m³	30	R\$ 186,93	R\$ 5.607,90
	5	216956	BRITA TIPO ROCHA FRAGMENTADA, TAMANHO Nº 00	m³	12	R\$ 162,00	1.944,00
	6	444582	PREGO , DESCRIÇÃO: COM CABEÇA, POLIDO, EM AÇO ZINCADO, MEDINDO 17X27MM. - UNIDADE QUILOGRAMA	kg	20	R\$ 15,99	R\$ 319,80
	7	372656	VERGALHÃO , DESCRIÇÃO: RETO, SOLDÁVEL, CA60, MEDINDO 5MM, UNIDADE DE FORNECIMENTO: BARRA COM 12M. - UNIDADE BARRA	barra	25	R\$ 18,00	R\$ 450,00
	8	452807	ARAME , DESCRIÇÃO: RECOZIDO, REFERÊNCIA Nº 18 - UNIDADE QUILOGRAMA	kg	20	R\$ 18,48	R\$ 369,60
VALOR TOTAL DO GRUPO 1: R\$ 15.149,70 (quinze mil cento e quarenta e nove reais e setenta centavos).							
MATERIAL HIDROSANITÁRIO (GRUPO EXCLUSIVO)							
	9	265067	LUVA DE REDUÇÃO AZUL , DESCRIÇÃO: EM PVC RÍGIDO, BITOLA LADO SOLDÁVEL DE 25MM E LADO ROSCÁVEL DE 1/2 POLEGADA, COM BUCHA DE LATÃO. - UNIDADE UNIDADE	und	60	R\$ 2,08	R\$ 124,80
	10	390468	TÊ , DESCRIÇÃO: EM PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, FIXAÇÃO SOLDÁVEL E ROSCÁVEL, BITOLA LADO SOLDÁVEL 25MM E LADO ROSCÁVEL 1/2 POLEGADA - UNIDADE UNIDADE	und	70	R\$3,99	R\$279,30

2	11	266924	ADESIVO PARA PVC, DESCRIÇÃO: COLA PLÁSTICA, PARA APLICAÇÃO EM TUBOS E CONEXÕES EM PVC. INCOLOR, FRASCO DE 850 GRAMAS. - UNIDADE FRASCO	und	10	R\$47,58	R\$475,80
	12	416794	CAIXA DE GORDURA COM CESTO DE LIMPEZA REMOVÍVEL, FABRICADA EM PVC RÍGIDO, CORPO MONOBLOCO, TIPO SIFONADA. CAPACIDADE DE RETENÇÃO MÍNIMA: 18 LITROS. DIÂMETRO DE ENTRADA 50 MM (DN 50). SAÍDA: 100 MM (DN 100). PRODUTO EQUIVALENTE AO MODELO TIGRE 100N OU SIMILAR	und	5	R\$280,62	R\$1.403,10
	13	478811	ADESIVO PU40 - SELANTE MONOCOMPONENTE À BASE DE POLIURETANO PARA FORMAÇÕES FLEXÍVEIS E RESISTENTES, COM CURA À TEMPERATURA AMBIENTE, NA COR BRANCO. PARA APLICAÇÃO EM JUNTAS DE DILATAÇÃO, PISOS INTERNOS, CALHAS, VIDROS, LOUÇAS SANITÁRIAS E SISTEMAS DE CALAFETAGEM. FRASCO COM 360G	und	10	R\$19,23	R\$192,30
	14	264802	BUCHA DE REDUÇÃO, DESCRIÇÃO: EM PVC RÍGIDO, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, LONGA, BITOLA DE 50X25MM. - UNIDADE UNIDADE	und	20	R\$5,20	R\$104,00

VALOR TOTAL DO GRUPO 2: R\$ 2.579,30 (dois mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta centavos).

ELÉTRICOS (CABOS, TERMINAIS E DUTOS) (GRUPO EXCLUSIVO)

	15	254622	ELETRODUTO MATERIAL EM PVC, TIPO: FLEXÍVEL CORRUGADO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO PROPAGANTE DE CHAMAS., DIÂMETRO NOMINAL: 3/4POL ROLO COM 50M	und	40	R\$ 97,00	R\$ 3.880,00
	16	320375	ELETRODUTO MATERIAL EM PVC, TIPO: FLEXÍVEL CORRUGADO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO PROPAGANTE DE CHAMAS., DIÂMETRO NOMINAL: 1 POL, ROLO COM 50M	und	20	R\$145,00	R\$2.900,00
	17	452686	LUVA DE EMENDA PARA MANGUEIRA CORRUGADA 25MM 3/4" POL, NA COR AMARELA	und	500	R\$1,82	R\$910,00
	18	627503	LUVA DE EMENDA PARA MANGUEIRA CORRUGADA 32MM, 1" POL, NA COR AMARELA	und	500	R\$2,00	R\$1.000,00

19	330054	FIO FLEXÍVEL , COM SEÇÃO DO CONDUTOR DE 1.5MM, DIÂMETRO DO CONDUTOR DE 1,5MM, ISOLAÇÃO DE 0,7MM, COM CAPACIDADE DE CONDUÇÃO 750V, CERTIFICAÇÃO INMETRO E CUMPRIMENTO A NORMA ABNT, ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	20	R\$148,95	R\$2.979,00
20	329879	CABO FLEXÍVEL 2,50MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; COM SEÇÃO DE 2,5MM ² ; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	60	R\$185,32	R\$11.119,20
21	329878	CABO FLEXÍVEL 4MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	15	R\$339,30	R\$5.089,50
22	416521	CABO FLEXÍVEL 6MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	15	R\$515,00	R\$7.725,00
23	416519	CABO FLEXÍVEL 10MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR A ESCOLHER	rolo	10	R\$937,12	R\$9.371,20
24	601949	CABO FLEXÍVEL 16MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR AZUL	rolo	1	R\$1.419,00	R\$1.419,00
25	601949	CABO FLEXÍVEL 16MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V; CABO TIPO FLEXÍVEL; ROLOS COM 100 METROS, COR PRETA	rolo	2	R\$1.470,41	R\$2.940,82

26	408534	CABO FLEXÍVEL 35MM 750V - COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CABO ELÉTRICO; DE COBRE; CAPA TERMOPLÁSTICA ANTICHAMA; TENSÃO NOMINAL DE ISOLAMENTO DE 0,6/1 KV (600/1000V); CABO TIPO FLEXÍVEL; (COR A ESCOLHER)	metro	300	R\$34,00	R\$10.200,00
27	446222	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR, PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 1,5 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	300	R\$0,14	R\$42,00
28	473326	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR, PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 2,5 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	320	R\$0,17	R\$54,40
29	425515	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR, PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 4 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	200	R\$0,20	R\$40,00
30	425514	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO TUBULAR, PARA FIO DE COBRE FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 6 MM², TIPO ILHÓS OU PINO TUBULAR, CONFECCIONADO EM COBRE ESTANHADO, CORPO LISO E CILÍNDRICO, SEM EMENDA, COM ISOLAMENTO EM POLIAMIDA OU PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	200	R\$0,23	R\$46,00

31	379934	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO OLHAL, PRÉ-ISOLADO, PARA FIO FLEXÍVEL COM SEÇÃO NOMINAL DE 10 MM², FABRICADO EM COBRE ELETROLÍTICO COM ACABAMENTO ESTANHADO, COM ISOLAMENTO EM PVC RÍGIDO OU POLIAMIDA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOLDADO SOBRE O CORPO METÁLICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	50	R\$2,05	R\$102,50
32	462337	TERMINAL DE FECHAMENTO TIPO SAPATA DE PRESSÃO, SEÇÃO NOMINAL DE 35 MM², FABRICADO EM LIGA DE COBRE ELETROLÍTICO COM ACABAMENTO ESTANHADO, COM FIXAÇÃO POR PARAFUSO EM BARRAMENTOS, DISJUNTORES OU EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	20	R\$7,57	R\$151,40

VALOR TOTAL DO GRUPO 3: R\$ 59.970,02 (cinquenta e nove mil novecentos e setenta reais e dois centavos).

ELÉTRICOS (DISJUNTORES, QUADROS E OUTROS) (GRUPO DE AMPLA CONCORRÊNCIA)

33	150469	DISJUNTOR TETRAPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 10 KA, 100A, TENSÃO DE ATÉ 400 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA. ADEQUADO PARA INSTALAÇÕES TRIFÁSICAS COM NEUTRO - UNIDADE UNIDADE	und	15	R\$ 211,45	R\$ 3.171,75
34	337912	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 10 KA, 80A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA. - UNIDADE UNIDADE	und	10	R\$78,02	R\$780,20
35	616752	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 40A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA. - UNIDADE UNIDADE	und	60	R\$13,12	R\$787,20
36	623128	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 32A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDADE	und	80	R\$11,27	R\$901,60

37	299750	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 25A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDAD	und	60	R\$14,97	R\$898,20
38	623129	DISJUNTOR UNIPOLAR, DESCRIÇÃO: COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 KA, 20A, TENSÃO ATÉ 240 VAC - 60 HZ, DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDAD	und	50	R\$15,54	R\$777,00
39	416359	DISJUNTOR, DESCRIÇÃO: UNIPOLAR, 16A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA DE 5 KA, TENSÃO DE ATÉ 240 VAC - 60 HZ, EM CAIXA MOLDADA, PARA BARRAMENTO DIN. - UNIDADE UNIDADE	und	80	R\$15,01	R\$1.200,80

40	458534	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 56 DISPOSITIVOS PADRÃO DIN, CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO OU CHAPA METÁLICA COM PINTURA ELETROSTÁTICA ANTICORROSIVA, PORTA COM FECHADURA TIPO TRINCO OU MAGNÉTICA, VISOR TRANSPARENTE EM ACRÍLICO OU POLICARBONATO, E MOLDURA DE ACABAMENTO EMBUTIDA. DEVE SER ADEQUADO PARA SISTEMAS TRIFÁSICOS (3F+N), COM BARRAMENTOS ISOLADOS PARA NEUTRO E TERRA, SUPORTANDO CORRENTE NOMINAL DE ATÉ 225A, E SER COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO DE DISJUNTORES MODULARES TERMOMAGNÉTICOS. O QUADRO DEVERÁ POSSUIR BARRA DE TERRA, BARRA DE NEUTRO, TRILHOS DIN, ISOLADORES, E GUIAS PARA CABOS, ALÉM DE ESPAÇO SUFICIENTE PARA ORGANIZAÇÃO DOS CONDUTORES E FUTURA AMPLIAÇÃO. TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO: ATÉ 400 VCA. GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO: IP40 (FECHADO). PRODUTO CONFORME NBR IEC 60439-1 E NBR 5410. FORNECIMENTO COM PORTA, TRILHOS, BARRAMENTOS E ACESSÓRIOS INTERNOS MONTADOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	2	R\$950,00	R\$1.900,00
41	623758	BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA CONEXÃO DE DISJUNTORES MODULARES PADRÃO DIN, COM 12 POLOS, TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 220/440V, CORRENTE NOMINAL MÍNIMA DE 100 A, ISOLAÇÃO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO ANTICHAMA, COM PINOS DE CONEXÃO EM COBRE ESTANHADO, ESPAÇAMENTO PADRÃO E COMPATÍVEL COM DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS UNIPOLARES, BIPOLARES, TRIPOLARES OU TETRAPOLARES. COMPATÍVEL COM DISJUNTORES DE MARCA STEK OU SIMILARES, DESDE QUE RESPEITEM O PADRÃO DIN. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE (BARRAMENTO COM 12 POLOS/PINOS).	und	2	R\$119,08	R\$238,16

42	458405	PERFURANTE, COM CAPACIDADE DE CONEXÃO PARA CONDUTORES COM SEÇÃO NOMINAL ENTRE 25 MM² E 150 MM², TANTO NO CONDUTOR PRINCIPAL QUANTO NO DERIVADO. CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E TÉRMICA, PARA USO EXTERNO, COM PARAFUSO DE APERTO EM AÇO BICROMATIZADO OU INOX, COM CABEÇA SEXTAVADA, ISOLAÇÃO AUTOEXTINGUÍVEL, E GEL VEDANTE DIELÉTRICO INTERNO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	6	R\$32,05	R\$192,30
43	452735	INTERRUPTOR DO TIPO MODULADO, DE EMBUTIR, COM UMA SEÇÃO, COM ACIONAMENTO POR TECLA SIMPLES NA POSIÇÃO HORIZONTAL. DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO. COM TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 110/220 VOLTS E CORRENTE NOMINAL DE 10A. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	150	R\$9,10	R\$1.365,00
44	452736	INTERRUPTOR DO TIPO MODULADO, DE EMBUTIR, COM DUAS SEÇÕES, COM ACIONAMENTO POR TECLA SIMPLES NA POSIÇÃO HORIZONTAL. DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO. COM TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 110/220 VOLTS E CORRENTE NOMINAL DE 10A. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	30	R\$16,90	R\$507,00

45	452737	INTERRUPTOR DO TIPO MODULAR , DE EMBUTIR, COM TRÊS MÓDULOS DE TECLA SIMPLES DO TIPO THREE WAY, PARA INSTALAÇÃO EM CONJUNTO NA POSIÇÃO HORIZONTAL. CADA MÓDULO DEVE OPERAR INDEPENDENTEMENTE, PERMITINDO ACIONAMENTO DE CIRCUITOS DISTINTOS, COM FUNÇÃO PARALELA OU INTERMEDIÁRIA. DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO. COM TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO DE 110/220 VOLTS E CORRENTE NOMINAL DE 10A O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	50	R\$22,05	R\$1.102,50
46	473220	TOMADA DO TIPO MODULADO , DE EMBUTIR, COM UMA SEÇÃO (2P+T), DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, COM CORRENTE NOMINAL DE 10 AMPERES E TENSÃO NOMINAL DE ATÉ 250 VOLTS. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	820	R\$6,79	R\$5.567,80

47	618467	TOMADA DO TIPO MODULADO , DE EMBUTIR, COM UMA SEÇÃO (2P+T), DEVE SER FORNECIDO COM ACABAMENTO COMPLETO, INCLUINDO PLACA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, COM CORRENTE NOMINAL DE 20 AMPERES E TENSÃO NOMINAL DE ATÉ 250 VOLTS. O CORPO DEVE SER CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, BORNES METÁLICOS CONDUTORES ADEQUADOS PARA CABOS ATÉ 4 MM² COM FORMATO RETANGULAR, PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	120	R\$10,20	R\$1.224,00
48	426023	CAIXA DE EMBUTIR PARA INSTALAÇÃO EM PAREDES DE DRYWALL, MODELO 4X2 POLEGADAS, FABRICADA EM PVC RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, AUTOEXTINGUÍVEL, RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS. COMPATÍVEL COM PLACAS DE INTERRUPTORES E TOMADAS MODULARES DE EMBUTIR. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	und	500	R\$3,40	R\$1.700,00
49	620915	CAIXA DE EMBUTIR PADRÃO 4X2 POLEGADAS, FABRICADA EM PVC RÍGIDO, RESISTENTE A IMPACTOS E AUTOEXTINGUÍVEL. COMPATÍVEL COM PLACAS PADRÃO 4X2 E COM OS SISTEMAS MODULARES USUALMENTE ADOTADOS. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	und	300	R\$1,80	R\$540,00
50	474161	TOMADA PARA INSTALAÇÃO EM PISO , PADRÃO 4X2 POLEGADAS, COM CORRENTE NOMINAL DE 10 AMPERES E TENSÃO DE OPERAÇÃO DE ATÉ 220 VOLTS .DEVE SER FORNECIDA COM PLACA DE ACABAMENTO EM ALUMÍNIO ESCOVADO, COM TAMPA ARTICULADA OU REBATÍVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E UMIDADE. CORPO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL.	und	250	R\$24,94	R\$6.235,00

51	467020	CAIXA DE EMBUTIR METÁLICA, PADRÃO 4X2 POLEGADAS, PARA INSTALAÇÃO EM PISO, FABRICADA EM AÇO GALVANIZADO OU CHAPA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO. DEVE POSSUIR TAMPA ARTICULADA OU BASCULANTE COM ACABAMENTO EM ALUMÍNIO OU AÇO ESCOVADO, COM REBAIXO PARA INSERÇÃO DE PLACA DE INTERRUPTOR OU TOMADA.	und	250	R\$20,58	R\$5.145,00
52	624053	PAINEL DE LED PARA EMBUTIR, TIPO PLAFON, DE 45 WATTS, TEMPERATURA DE COR entre 4000K e 4500k, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 3.800 LÚMENS, CORPO EM ALUMÍNIO E DIFUSOR EM POLICARBONATO, ACABAMENTO BRANCO FOSCO. DIMENSÕES EXTERNAS DE 62,5 CM X 62,5 CM, COMPATÍVEL COM FORRO MODULAR (TIPO ARMSTRONG). PRODUTO SIMILAR AO MODELO AVANT EMBUTIR 45W, OU EQUIVALENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	und	400	R\$180,30	R\$72.120,00
53	460992	PLACA DE ACABAMENTO CEGA, PADRÃO 4X2 POLEGADAS, UTILIZADA PARA COBRIR PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA DESATIVADOS OU NÃO UTILIZADOS. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO , FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM ACABAMENTO LISO OU LEVEMENTE TEXTURIZADO. DEVE SER COMPATÍVEL COM CAIXAS DE EMBUTIR PADRÃO DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	70	R\$3,46	R\$242,20

54	399278	PLACA DE ACABAMENTO PADRÃO 4X2 POLEGADAS, COM FURO CENTRAL. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM ACABAMENTO LISO OU LEVEMENTE TEXTURIZADO. DEVE SER COMPATÍVEL COM CAIXAS DE EMBUTIR PADRÃO DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA.	und	30	R\$5,00	R\$150,00
55	426310	PLACA DE ACABAMENTO CEGA, PADRÃO 4X4 POLEGADAS, UTILIZADA PARA COBRIR PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA DESATIVADOS OU NÃO UTILIZADOS. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, FABRICADA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COM ACABAMENTO LISO OU LEVEMENTE TEXTURIZADO. DEVE SER COMPATÍVEL COM CAIXAS DE EMBUTIR PADRÃO DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE). NA COR BRANCA	und	30	R\$9,87	R\$296,10
56	483337	EXAUSTOR AXIAL PARA VENTILAÇÃO DE BANHEIROS, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, PARA INSTALAÇÃO EM PAREDE OU TETO, FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA. DEVE POSSUIR MOTOR COM FUNCIONAMENTO SILENCIOSO, ALIMENTAÇÃO BIVOLT (127V/220V), UNIDADE DE FORNECIMENTO, COR: BRANCA, UNIDADE.	und	25	R\$241,00	R\$6.025,00
57	384700	CAIXA DE PASSAGEM PARA INSTALAÇÃO EMBUTIDA DE SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, MODELO POP 2 EM 1, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM TAMPAS DESTACÁVEIS E CONEXÕES MÚLTIPLAS PARA DRENAGEM E TUBULAÇÃO ELÉTRICA	und	80	R\$20,84	R\$1.667,20
VALOR TOTAL DO GRUPO 4: R\$ 114.734,01 (cento e quatorze mil setecentos e trinta e quatro reais e um centavo).						

PINTURA (GRUPO EXCLUSIVO)							
5	58	453736	TINTA ACRÍLICA SUPER LAVÁVEL , COM ACABAMENTO FOSCO OU ACETINADO, INDICADA PARA USO INTERNO, DE ALTO DESEMPENHO, RESISTÊNCIA A MANCHAS E COM EXCELENTE PODER DE COBERTURA E LAVABILIDADE. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA CLASSIFICAÇÃO TINTA PREMIUM CONFORME NORMA ABNT NBR 15079. NA COR: GELO. LATA COM 18 LITROS.	lata	15	R\$ 544,54	R\$ 8.168,10
	59	397729	ROLO DE PINTURA ANTI-RESPINGO , RESISTENTE A TODOS OS TIPOS DE SOLVENTES. INDICADO PARA SUPERFÍCIES LISAS E IDEAL PARA PAREDES. COMPOSIÇÃO: LÃ DE CARNEIRO COM POLIÉSTER. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ALTURA DE LÃ: 9 MM E COMPRIMENTO: 23 CM.	und	6	R\$16,73	R\$100,38
	60	467560	TRINCHA DE 4" , COM ESPESSURA MÉDIA, CABO (PLÁSTICO OU MADEIRA) IMUNE A SOLVENTES, PELAGEM MACIA E VIROLA METÁLICA ESTANHADA, PARA USO EM TODOS OS TIPOS DE TINTA.	und	10	R\$17,97	R\$179,70
	61	467559	TRINCHA DE 2" , COM ESPESSURA MÉDIA, CABO (PLÁSTICO OU MADEIRA) IMUNE A SOLVENTES, PELAGEM MACIA E VIROLA METÁLICA ESTANHADA, PARA USO EM TODOS OS TIPOS DE TINTA.	und	10	R\$10,92	R\$109,20
	62	397727	ROLO PARA PINTURA , DESCRIÇÃO: EM ESPUMA DE POLIESTER, MEDINDO 15CM, COM CABO PLÁSTICO E SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO. - UNIDADE UNIDADE	und	20	R\$11,92	R\$238,40
	63	619549	DILUENTE , DESCRIÇÃO: A BASE DE MISTURA BALANCEADA DE ÁLCOOIS, ÉSTERES, TEOR MÍNIMO DE 8% DE CETONAS, GLICOÉSTERES E HIDROCARBONETOS, SOLVENTE PARA LACAS, TINTAS SINTÉTICAS, SELADORAS E VERNIZES, ISENTO DE BENZENO E SOLVENTES CLORADOS, TIPO THINNER INDUSTRIAL, UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALÃO COM 900ML	litro	15	R\$17,82	R\$267,30

64	619549	DILUENTE , DESCRIÇÃO: A BASE DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO, SOLVENTE PARA TINTAS A ÓLEO, ESMALTES E VERNIZES SINTÉTICOS, TIPO RAZ, UNIDADE DE FORNECIMENTO: LATA COM 1 LITRO. - UNIDADE LATA	litro	10	R\$19,87	R\$198,70
65	467594	TEXTURA ACRÍLICA PARA APLICAÇÃO EM PAREDES INTERNAS OU EXTERNAS, PRONTA PARA USO, À BASE DE RESINA ACRÍLICA, COR: BRANCA.. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BALDE COM 25 KG.	lata	30	R\$186,18	R\$5.585,40
66	457040	TINTA ACRÍLICA SUPER LAVÁVEL , COM ACABAMENTO FOSCO , INDICADA PARA USO INTERNO, DE ALTO DESEMPENHO, RESISTÊNCIA A MANCHAS E COM EXCELENTE PODER DE COBERTURA E LAVABILIDADE. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA CLASSIFICAÇÃO TINTA PREMIUM CONFORME NORMA ABNT NBR 15079. NA COR: PRETA. LATA COM 18 LITROS.	lata	5	R\$332,93	R\$1.664,65

VALOR TOTAL DO GRUPO 5: R\$ 16.511,83 (dezesesseis mil quinhentos e onze reais e oitenta e três centavos).

LOUÇAS E METAIS (GRUPO DE AMPLA CONCORRÊNCIA)

67	618198	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA, MODELO CONVENCIONAL, COR BRANCA, SAÍDA VERTICAL, ALTO PADRÃO, FORMATO OVAL, DIMENSÃO: 375X38,50X71,50 CM (A X L X P) (variação de 10% aceitável) - (MODELO DE REFERÊNCIA: DECA RAVENA OU SIMILAR. CONTENDO (COM ASSENTO NA COR BRANCA) E KIT INSTALAÇÃO COM JOGO DE PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO E ANEL DE VEDAÇÃO	und	94	R\$ 523,46	R\$ 49.205,24
68	614569	CHUVEIRO TIPO DUCHA COM ESPALHADOR GRANDE, POTÊNCIA NOMINAL DE 6.800W, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220V, SISTEMA DE AQUECIMENTO INSTANTÂNEO POR RESISTÊNCIA BLINDADA, COM CONTROLE DE TEMPERATURA ELETRONICO E SELETOR DE JATO PARA CHUVEIRO OU DUCHA PRODUTO EQUIVALENTE OU SIMILAR AO MODELO ACQUA DUO 6800W 220V DA LORENZETTI.	und	15	R\$422,02	R\$6.330,30

69	600647	CUBAS DE EMBUTIR PARA LAVATÓRIO , OVAL, SEM LADRÃO, DE COR BRANCO GELO, 48,5x37,5cm (variação de 10% aceitável) COM VALVULA DE ESCOAMENTO COM TAMPA DE METAL (INSTALADA), MODELO REFERÊNCIA NO MATERIAL LOUÇA TIPO CELITE OU SIMILAR.	und	33	R\$179,31	R\$5.917,23
70	482762	TORNEIRA DE AÇO INOX , ACABAMENTO POLIDO, BINÍQUEL, COR CROMADO, 1/2 POLEGADA DN 15, DE MESA PARA LAVATÓRIO, GARANTIA TODA VIDA DE FUNCIONAMENTO E CONTRA DEFEITO DE FÁBRICA, SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO AUTOMÁTICO, COM AREJADOR EMBUTIDO, CALASSE DE PRESSÃO 2 A 40 M.C.A, ANEL DE VEDAÇÃO, PORCA DE FIXAÇÃO E MANUAL DE INSTALAÇÃO, COMPOSIÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, ACIONAMENTO POR BOTÃO REDONDO COM MÍNIMO DE COMPRIMENTO DA BASE AO BICO AREJADOR: 122 MM - MODELO DE REFERENCIA DOCOL PRESSMATIC COMPACT OU SIMILAR	und	33	R\$258,70	R\$8.537,10
71	358129	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL , TIPO BICA ALTA, DIÂMETRO 1/4 POL,DE BANCADA ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS COM MISTURADOR (QUENTE/FRIO), APLICAÇÃO COPA E COZINHA	und	4	R\$329,42	R\$1.317,68
72	441837	ANEL DE VEDACAO P/VASO SANITARIO C/GUIA E KIT DE FIXACAO EM ACO ZINCADO E BUCHA Nº10	und	24	R\$19,60	R\$470,40
73	269020	KIT DE TRÊS BARRAS DE APOIO PARA BANHEIRO EM ALUMÍNIO ALTO BRILHO POLIDO DE 30 CM, 40 CM, 60 CM, FIXAÇÃO POR PARAFUSOS, SEGUINDO OS PADRÕES DA NBR9050- 2015, DIÂMETRO DO CUBO : 3,17 CM, PESO SUPORTADO: 150 KG	und	30	R\$150,00	R\$4.500,00
74	454318	KIT PARAFUSO INOX CROMADO 10MM FIXAÇÃO VASO SANITÁRIO E BIDÊ	und	24	R\$14,50	R\$348,00
75	269020	KIT ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM AÇO INOX COM 5 PEÇAS E COM BUCHAS E PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO	und	10	R\$159,69	R\$1.596,90

76	478489	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA EM INOX: DISPENSER/TOALHEIRO PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2 E 3 DOBRAS; CAPACIDADE MÍNIMA PARA 400 FOLHAS; EM AÇO INOX; PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, COM KIT PARA FIXAÇÃO; MEDIDAS: 25 CM X 30 CM X 13 CM. ADMITE VARIAÇÕES NAS MEDIDAS DE +/- 5 CM	und	19	R\$163,17	R\$3.100,23
77	475640	DISPENSADOR, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO PARA SABONETE LÍQUIDO, CAPACIDADE 1.000 ML, DIMENSÕES 20,5CM X 12CM X 8CM, variação de + ou - 10%)	und	19	R\$118,99	R\$2.260,81

VALOR TOTAL DO GRUPO 6: R\$ 83.583,89 (oitenta e três mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos)

DADOS E INTERNET (GRUPO EXCLUSIVO)						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

78	474228	CABO DE PAR TRANÇADO, CATEGORIA 6 (CAT6), PARA TRANSMISSÃO DE DADOS EM REDES DE COMPUTADORES, CONFORME PADRÃO ANSI/TIA-568-C.2, CAIXA COM 305	caixa	50	R\$ 764,20	R\$ 38.210,00
79	473148	CONECTOR DE REDE RJ45, TIPO DE CONECTOR: RJ-45 CAT6 MACHO	und	600	R\$0,90	R\$540,00
80	473424	MÓDULO DE TOMADA USB, DE EMBUTIR, DO TIPO CARREGADOR, COM COM SAÍDA DE 5 VOLTS E CORRENTE MÍNIMA DE 2 AMPERES, PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO-CIRCUITO, E CORPO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RÍGIDO, AUTOEXTINGUÍVEL, COMPATÍVEL COM SISTEMAS MODULARES DE INTERRUPTORES E TOMADAS PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS OU EQUIVALENTE), COR BRANCA.	und	300	R\$95,37	R\$28.611,00

81	303942	TOMADA DE COMUNICAÇÃO PADRÃO RJ45 FÊMEA , CATEGORIA 6 (CAT6), PARA CONEXÃO DE CABOS DE REDE ESTRUTURADA, COMPATÍVEL COM SISTEMAS ETHERNET ATÉ 1 GBPS (10/100/1000 MBPS). COMPATÍVEL COM CABOS DE PAR TRANÇADO UTP (UNSHIELDED TWISTED PAIR) DE 22 A 26 AWG E ATENDER À NORMA ANSI/TIA-568-C.2. DEVE POSSUIR 8 VIAS (PINOS), MONTAGEM POR SISTEMA DE ENGATE TIPO KEYSTONE OU COMPATÍVEL COM SISTEMA MODULAR PADRÃO 4X2 DE ACORDO COM O SISTEMA MODULAR ADOTADO (EX: MARCAS COMO PIAL, TRAMONTINA, SCHNEIDER, WEG, FAME, MARGIRIUS)	und	600	R\$20,08	R\$12.048,00
----	--------	---	-----	-----	----------	--------------

VALOR TOTAL DO GRUPO 7: R\$ 79.409,00 (setenta e nove mil quatrocentos e nove reais).

	PISOS E PORCELANATOS (GRUPO EXCLUSIVO)						
8	82	300226	REVESTIMENTO CERÂMICO, DESCRIÇÃO: TIPO REVESTIMENTO DE PISO, MEDINDO 35,5 X 72,5CM, BRANCO RETIFICADO ACETINADO, 1ª QUALIDADE PEI 4. - UNIDADE METRO QUADRADO	m²	800	R\$ 23,75	R\$ 19.000,00
	83	448626	PORCELANATO, APLICAÇÃO PISOS EM GERAL, LARGURA 70 X 70 CM, ESPESSURA 9 MM, ACABAMENTO ACETINADO, COR BÁSICA CINZA,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSE A MEDIDAS.	m²	250	R\$50,49	R\$12.622,50
	84	293942	REJUNTE À BASE DE RESINA EPÓXI, BICOMPONENTE, INDICADO PARA USO EM PORCELANATOS, CERÂMICAS E REVESTIMENTOS EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS, COM ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA, MECÂNICA E À UMIDADE, NA COR CINZA PLATINA	kg	230	R\$48,37	R\$11.125,10
	85	293625	ESPAÇADOR NIVELADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO, COM ESPESSURA DE 2 MM, FABRICADO EM POLIETILENO OU POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAIXA COM 500 UNIDADES	caixa	30	R\$124,29	R\$3.728,70
	86	293625	ESPAÇADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, APLICAÇÃO NIVELAMENTO DE PISO, TIPO CUNHA COM ESPAÇADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETANGULAR; COM ESPESSURA DE 2MM, CAIXA COM 500 UNIDADES	caixa	20	R\$125,39	R\$2.507,80

	87	236228	ESPÁTULA MANUAL PARA APLICAÇÃO DE REJUNTES CIMENTÍCIOS OU EPÓXI, CONFECCIONADA COM BASE PLANA EM EVA DE ALTA INTENSIDADE	und	15	R\$2,65	R\$39,75
VALOR TOTAL DO GRUPO 8: R\$ 49.023,85 (quarenta e nove mil vinte e três reais e oitenta e cinco centavos).							
	ELETRODOMÉSTICO (ITEM EXCLUSIVO)						
*	88	373182	FOGAO ELETRICO TIPO DOMESTICO COOKTOP 5 BOCAS A GÁS , BIVOLT OU 220V , VIDRO TEMPERADO, COR PRETO, 1 QUEIMADOR RAPIDO E 4 SEMI-RAPIDO, GRADES INDIVIDUAIS E ESMALTADAS	und	3	R\$ 965,54	R\$ 2.896,62
	ESQUADRIAS: PORTAS JANELAS (GRUPO EXCLUSIVO)						
9	89	300776	KIT PORTAS PRONTAS PVC WOOD (80X210) O KIT PORTA PRONTA CONTÉM: PORTA DE MADEIRA + JOGO DE MARCO COM BORRACHA AMORTECEDORA + JOGO DE ALIZARES + JOGO DE DOBRADIÇAS + FECHADURA	und	30	R\$ 1.769,22	R\$ 53.076,60
	90	300776	KIT PORTAS PRONTAS PVC WOOD (90X210) O KIT PORTA PRONTA CONTÉM: PORTA DE MADEIRA + JOGO DE MARCO COM BORRACHA AMORTECEDORA + JOGO DE ALIZARES + JOGO DE DOBRADIÇAS + FECHADURA	und	2	R\$ 1.539,50	R\$ 3.079,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 9: R\$ 56.155,60 (cinquenta e seis mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).							
	EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS (GRUPO EXCLUSIVO)						
	91	259323	SERRA MÁRMORE 125MM: - POTÊNCIA: 1450W - CAPACIDADES: 90° - 40MM / 45° - 21,5MM - DIÂMETRO DO DISCO: 125MM - ROTAÇÕES POR MINUTO: 12200 RPM - DIMENSÕES (C X L X A): 238 X 211 X 169MM - PESO: 3 KG IGUAL OU SUPERIOR A MARCA: MAKITA	und	3	R\$ 470,09	R\$ 1.410,27

92	313447	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO 1/2 POL, SEM FIO, PROJETADA COM CARÇAÇA ROBUSTA E PROTEÇÃO DAS CÉLULAS DA BATERIA,MOTOR COM ESCOVAS DE CARVÃO SUBSTITUÍVEIS PARA MANUTENÇÃO E REPARO FÁCIL, COM FUNÇÃO ELECTRONIC CELL PROTECTION, FEEDBACK DO ESTADO DA FERRAMENTA, COM 02(DUAS) BATERIA DE LÍTIO, TENSÃO DA BATERIA: 18V 1.5AH, NÚMERO DE ROTAÇÕES EM VAZIO: 1ª VELOCIDADE 0 - 450 RPM, NÚMERO DE ROTAÇÕES EM VAZIO: 2ª VELOCIDADE 0 - 1700 RPM, TORQUE MÁXIMO (DURO/MACIO): 54/21NM, CONFIGURAÇÕES DE TORQUE: 20+2, MANDRIL DE APERTO RÁPIDO: 1/2" (13MM), DIMENSÕES: (CXLXA): 210 X 62 X 225MM.	und	3	R\$1.199,00	R\$3.597,00
93	434467	PLAINA ELETRICA - DE ACO,PARA MADEIRA E ALISAMENTO DE EXTREMIDADES,NA VOLTAGEM DE 220V,COM ROTACAO DE 13.000RPM,POTENCIA DE 750 WATTS,PROFUNDIDADE DE CORTE POR PASSADA DE 0 A 2MM,PESANDO APROXIMADAMENTE 2,5 KG,	und	3	R\$575,24	R\$1.725,72
94	414424	MOTOR MONOFASE 3 CV P/ SERRA COM POLIA	und	3	R\$1.365,28	R\$4.095,84
95	474179	MÁQUINA FONTE INVERSORA DE SOLDA; MMA 250 A - BIVOLT; COM DISPLAY DIGITAL E ALÇA DE TRANSPORTE. GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES	und	3	R\$1.602,27	R\$4.806,81
96	480821	COMPRESSOR DE AR 2 HP 140 PSI CMV10 PL/100A	und	3	R\$2.753,87	R\$8.261,61
97	600247	ESMERIL 8" 1 HP MONOFÁSICO 220V	und	3	R\$1.003,87	R\$3.011,61
98	258369	PISTOLA PINTURA, TIPO SUÇÃO, CAPACIDADE 1 L, DIÂMETRO BICO 1,60 MM, APLICAÇÃO PINTURAS EM GERAL	und	3	R\$197,74	R\$593,22
99	246230	GRAMPO TIPO SARGENTO MODELO C, COM ABERTURA ÚTIL DE 10 POLEGADAS (APROXIMADAMENTE 254 MM), FABRICADO EM AÇO FORJADO OU FERRO NODULAR, COM HASTE ROSCADA EM AÇO TEMPERADO E ACABAMENTO GALVANIZADO OU PINTADO ANTICORROSIVO.	und	4	R\$115,00	R\$460,00

100	355317	GRAMPO TIPO SARGENTO MODELO C , COM ABERTURA ÚTIL DE 12 POLEGADAS, FABRICADO EM AÇO CARBONO FORJADO OU FERRO FUNDIDO NODULAR, COM BARRA ROSCADA EM AÇO TRATADO TERMICAMENTE, EMPUNHADURA GIRATÓRIA E MORDENTES REFORÇADOS.	und	4	R\$199,35	R\$797,40
101	606032	GRAMPO TIPO SARGENTO, MODELO TIPO T , TAMANHO 1,5M UTILIZADO PARA FIXAÇÃO, PRENSAGEM OU UNIÃO DE PEÇAS CORPO FABRICADO EM AÇO CARBONO OU FERRO FUNDIDO, COM BARRA DESLIZANTE TIPO T EM PERFIL RESISTENTE, ROSCA TRAPEZOIDAL E CABO DE APERTO EMBORRACHADO OU METÁLICO. COM MORDENTES REFORÇADOS COM PROTEÇÃO CONTRA MARCAS NAS PEÇAS E SISTEMA DE AJUSTE RÁPIDO	und	4	R\$373,89	R\$1.495,56
102	225160	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO COM CHASSI METÁLICO E CAÇAMBA METÁLICA FUNDA, COMPLETO; COM BRAÇO METÁLICO E CAÇAMBA METÁLICA FUNDA CAPACIDADE: 45 LITROS	und	4	R\$219,63	R\$878,52
103	431540	ENXADA , DESCRIÇÃO: EM AÇO, TIPO LÂMINA LARGA COM 296MM , CABO EM MADEIRA APARELHADA.	und	4	R\$45,33	R\$181,32
104	373514	RÉGUA PARA PEDREIRO , DE 3 METROS, FABRICADA EM PERFIL DE ALUMÍNIO RETIFICADO OU LIGA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA. DEVE POSSUIR FACES PLANAS E PARALELAS, COM ACABAMENTO LISO	und	4	R\$79,61	R\$318,44
VALOR TOTAL DO GRUPO 10: R\$ 31.633,32 (trinta e um mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).						

*	105	271907	LÃ DE ROCHA, DO TIPO FELTRO LEVES E FLEXÍVEIS, AGLOMERADOS COM RESINAS ESPECIAIS. INDICADOS PARA USOS DIVERSOS EM SUPERFÍCIES IRREGULARES, PLANAS OU CILÍNDRICAS. MELHORA A PERFORMANCE TERMO-ACÚSTICA DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS. SÃO FORNECIDOS EM ROLOS COM BAIXAS DENSIDADES QUE PROPORCIONAM FACILIDADE NO MANUSEIO. ROLO: 9,60M²; COMPRIMENTO: 800CM; LARGURA: 120CM; ESPESSURA: 5,1CM; DENSIDADE: 32KG/M³; EMBALAGEM: FILME PLÁSTICO TERMO RETRÁTIL; NORMAS: ABNT NBR 11722 / ASTM C665. (ITEM EXCLUSIVO)	rolo	155	R\$ 183,22	R\$ 28.399,10
*	106	362637	MANTA ASFÁLTICA IMPERMEABILIZANTE, DO TIPO III, CONSTITUÍDA POR ASFALTO MODIFICADO COM POLÍMERO ELASTOMÉRICO (SBS), REFORÇADA INTERNAMENTE COM VÉU DE FIBRA DE VIDRO (CLASSE B), COM ESPESSURA DE 4 MM, ACABAMENTO SUPERFICIAL EM FILME DE POLIETILENO (PP), APLICÁVEL POR FUSÃO TÉRMICA COM MAÇARICO, PARA USO EM SISTEMAS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE BALDRAMES, FUNDAÇÕES, LAJES, COBERTURAS E SUPERFÍCIES ENTERRADAS. O PRODUTO DEVE SER FORNECIDO EM ROLOS DE 1,00 M DE LARGURA POR 10 M DE COMPRIMENTO, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E CONFORME A NORMA TÉCNICA VIGENTE (NBR 9952). (ITEM EXCLUSIVO)	rolo	10	R\$ 448,00	R\$ 4.480,00
TOTAL: R\$ 595.247,24 (quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos).							

10.2. Anoto que, conforme demonstrado nos autos, todas as exigências legais e justificativas pertinentes foram devidamente observadas no levantamento de preços e na definição dos parâmetros previstos na legislação vigente.

10.3. Os valores estimados levam em consideração a análise presente na Pesquisa de Preços realizada atendendo aos requisitos da Seção VII - Da Pesquisa de Preços do Decreto Distrital 44.330/2023.

10.4. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA E DA AMPLA CONCORRÊNCIA

10.4.1. Em observância ao art. 25 da Lei Distrital nº 4.611, de 2011, e ao art. 7º do Decreto Distrital nº 35.592, de 2014, todos os itens e grupos com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva das entidades preferenciais. Assim, enquadram-se nessa condição os itens 1, 88, 105 e 106, bem como os grupos 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9 e 10. Os grupos 4 e 6, por sua vez, serão destinados à ampla concorrência.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão: 00001- Tesouro;
- b) Unidade Gestora: 640101 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal;
- c) Fonte de Recursos: 100;
- d) Programa de Trabalho:
- 06.122.8217.2396.0095 - (***) CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL;
 - 06.126.8217.1471.0099 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL;
 - 06.422.6217.2726.0003 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL-SEAPE-DISTRITO FEDERAL.
- e) Elemento de Despesa: 3.3.90.30 / 4.4.90.52;
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Eventuais esclarecimentos a respeito da especificação dos materiais poderão ser solicitados à Diretoria de Planejamento de Contratações e Licitações, situada no SBS Quadra 02 Bloco G Lote 13, Brasília-DF - Bairro Setor Bancário Sul - CEP 70070-933 - DF - Telefone: (61) 3335-9533 – e-mail: dilic@seape.df.gov.br.

ANEXO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE CIÊNCIA (MODELO)

TERMO DE CIÊNCIA
1. INTRODUÇÃO
1.1. O presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal. 1.2. No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Executor do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.
2. IDENTIFICAÇÃO
Contrato nº: Objeto contratado: Contratada: CNPJ: Preposto: Executor do Contrato: Matrícula:
3. CIÊNCIA
3.1. Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal.
4. FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA
Nome: Nome do pai: Nome da mãe: Identidade/RG: CPF: Matrícula: Endereço completo: Assinatura:
Nome: Nome do pai: Nome da mãe: Identidade/RG: CPF: Matrícula: Endereço completo: Assinatura:

NOME DO PREPOSTO POR EXTENSO
Preposto da Empresa

NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO
Cargo ou função que ocupa
Executor do Contrato

ANEXO 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (MODELO)

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

1.2. Pelo presente instrumento A **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 37.309.919/0001-71, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco G, Lote 13, CEP: 70070-933, doravante denominada **CONTRATADA**;

1.3. CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

1.4. CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

1.5. CONSIDERANDO a normas e procedimentos Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

1.6 Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

3. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

3.1 Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

3.1.1. INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

3.1.2. INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

3.1.3. CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

4. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

4.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado.

4.2. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

5. DOS LIMITES DO SIGILO

5.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

5.1.1. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

5.1.2. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

5.1.3. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1 As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

7. VIGÊNCIA

7.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

8. PENALIDADES

8.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme legislação vigente.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

10. FORO

10.1 A CONTRATANTE elege o foro da , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11. ASSINATURAS

11.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.

Pela Contratada:
NOME DO PREPOSTO POR EXTENSO
Preposto da Empresa

Pelo Distrito Federal:
NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO
Cargo ou função que ocupa
Executor do Contrato

Testemunhas:
NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO
Cargo ou função que ocupa

NOME DO SERVIDOR POR EXTENSO
Cargo ou função que ocupa

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA

1) O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. **As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual foram feitas para sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.**

2) A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são disposições feitas para variar. Por essa razão, **quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos**, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A)

E
O Distrito Federal / Autarquia / Fundação, (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de XX dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XX dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos

ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4 Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de ...% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de ...% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

2. as peculiaridades do caso concreto;

3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4. os danos que dela provierem para o Contratante;

5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de

aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE (MODELO)

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023. Compromete-se, ainda, **QUANDO SOLICITADO PELO(A) PREGOEIRO(A)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SBS Quadra 02 Bloco G Lote 13, Brasília-DF - Bairro Setor Bancário Sul - CEP 70070-120.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

ANEXO IV DO EDITAL
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019 (MODELO)

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **RENATA PEREIRA DE JESUS - Matr.1706591-7, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 24/07/2025, às 16:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **176755757** código CRC= **955A37A2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBS Quadra 02 Bloco G Lote 13, Brasília-DF - Bairro Setor Bancário Sul - CEP 70070-120 -
Telefone(s):
Sítio - www.seape.df.gov.br